



Instituto Superior de Ciências
do Trabalho e da Empresa

Departamento de Sociologia

Integração Social dos Descendentes de Imigrantes

- O papel do Associativismo Imigrante na Área Metropolitana de Lisboa -

Elisabete Gomes Ramos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais:

Análise e Gestão

Orientador: Prof. Doutor Roque Amaro

2009

ÍNDICE

Agradecimentos.....	5
Resumo	6
INTRODUÇÃO	8
A – Apresentação da Problemática e Pertinência	9
B – Objectivos da Investigação	12
C – Estrutura do Trabalho	14
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	16
Capítulo 1– Desenvolvimento, Migrações e Mudança Social	18
Capítulo 2 – Exclusão e Integração Social.....	23
2.1 Exclusão social	24
2.2 Integração Social	30
Capítulo 3 – Movimentos sociais e Processos de Mudança.....	40
3.1 Movimentos sociais e criação de espaços de cidadania.....	40
3.2 Processos de Mudança – Empreendedorismo Social e Empowerment.....	43

PARTE II – IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES EM PORTUGAL – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	47
Capítulo 4 – Breve História da Imigração em Portugal	47
Capítulo 5 – Associativismo Imigrante em Portugal.....	50
Capítulo 6 – Situação dos descendentes de imigrantes	53
6.1 Algumas reflexões de delimitação e problematização.....	53
6.2 Alguns elementos sociais determinantes para a integração	57
6.3 Modalidades de participação e representação	60
PARTE III – ESTUDO DE CASOS	62
Capítulo 7 – Opções Metodológicas	63
Capítulo 8 – Critérios de escolha das Associações e Indivíduos entrevistados.....	64
Capítulo 9 – Limitações do Estudo.....	66
PARTE IV – RESULTADOS	67
Capítulo 10 – Análise e discussão de resultados.....	68
10.1 Associações de Imigrantes – Análise e discussão de Resultados.....	68
10.2 Descendentes de Imigrantes – Análise e discussão de Resultados	81
PARTE V – CONCLUSÕES	91
Capítulo 11 – Conclusões	92
Capítulo 12 – Pistas para estudos futuros	98
Capítulo 13 – Sugestões para medidas políticas	98
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	106

Índice de Abreviaturas

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diversidade Intercultural

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AI – Associações de Imigrantes

ASE – Atribuição Subsídio Escolar

ATL – Actividades de Tempos Livres

COCAI – Conselho Consultivo para Assuntos de Imigração

DH – Desenvolvimento Humano

DI – Descendentes de Imigrantes

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PER – Programa Especial de Realojamento

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PELCP – Programa Europeu da Luta Contra a Pobreza

RSI – Rendimento Social de Inserção

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

Agradecimentos

Aproveito esta oportunidade para agradecer a todos os que me ajudaram a vencer esta etapa...

...Ao meu orientador Roque Amaro, agradeço pela forma como me orientou, esclarecendo as minhas dúvidas de uma forma simples e pragmática.

...Às minhas colegas e amigas de luta, Zeuga, Gisela, Isa e Sandra Mateus, pelos momentos de partilha, de companheirismo, cumplicidade e por toda a força que me deram.

...À Ana Cotrim, por acreditar em mim e transmitir-me confiança e apoio indispensáveis para terminar este trabalho.

...Aos meus colegas de trabalho do “Escola Mais”, ao grupo de “Descendentes de Imigrantes” e às associações, obrigado pelas “luzes” que ajudaram-me a construir este caminho.

...À minha família, mãe, pai e Arcádio que me pressionaram a terminar o mestrado.

... Ao meu filho Pedro que foi a inspiração que fez-me continuar.

Sem os meus amigos, colegas e familiares, não era possível ter finalizado este trabalho que me possibilitou experienciar tantos desafios, aprendizagens, alegrias e partilhas...

Resumo

Numa altura em que as sociedades se caracterizam, cada vez mais, pela sua multiculturalidade, a integração dos Descendentes de Imigrantes é um aspecto de extrema importância para a coesão social. Urge encontrar respostas que permitam que as oportunidades sejam as mesmas para todos e que não sejam colocados obstáculos a uma geração que, não sendo imigrante, tem na sua bagagem cultural diferenças em relação aos demais autóctones.

As respostas sociais dirigidas aos descendentes de imigrantes são em grande parte dinamizadas pelo Terceiro Sector. O Associativismo Imigrante surge como uma resposta da comunidade imigrante para os seus descendentes que têm enfrentado diversas dificuldades de integração.

Neste trabalho pretende-se investigar o papel do associativismo imigrante na integração social dos descendentes de imigrantes e perceber como os descendentes perspectivam a importância destas estruturas como apoio e suporte para a sua integração.

O estudo foca a Área Metropolitana de Lisboa, dado que é o distrito onde existe maior concentração de imigrantes e seus descendentes e maior número de Associações de Imigrantes.

Palavras Chave: Integração Social; Descendentes de Imigrantes; Associativismo Imigrante; Desenvolvimento; Empreendedorismo Social; *Empowerment*

Abstract

When societies tend to be increasingly multicultural, the integration of Children of Immigrants is something of extreme importance to social cohesion.

It is urgent to find answers to allow the same opportunities for everyone, so that obstacles will not be placed to a generation which, although not immigrant, has differences in its cultural background in relation to other people with Portuguese origin.

The social answers addressed to immigrant descendants are largely provided by the Third sector. The Immigrant Associations emerge as an answer of immigrant communities to their descendants, who have faced many difficulties in their integration.

This study intends to do research on the role of immigrant associations in the social integration of immigrant descendants and understand how the descendants view the importance of these structures as a support for their integration. The study focuses on the Metropolitan Region of Lisbon, as this is the area with the largest concentration of immigrants and their descendants and where there are many Immigrant Associations.

Keywords: Social Integration; Children of Immigrants; Immigrant Associations; Development; Social Entrepreneurship; Empowerment

INTRODUÇÃO

***A – Apresentação da Problemática e
Pertinência***

B – Objectivos da Investigação

C – Estrutura do Trabalho

Introdução

A – Apresentação e Pertinência da Problemática

O papel que as associações de imigrantes têm desenvolvido como contributo para uma melhor integração dos descendentes de imigrantes surge como um estudo importante e pertinente, na medida em que na “Era da globalização” em que vivemos os descendentes de imigrantes e as respostas do terceiro sector reflectem uma nova forma de interacção e novas estruturas sociais.

A sociedade portuguesa é actualmente constituída por diversas culturas, por diversos credos, valores e religiões e é povoada de novas cores, novas posturas e ideais. Estamos numa sociedade multicultural, como tantos países nesta era globalizada, à procura de uma interculturalidade e de uma identidade que ligue e que integre.

A integração dos descendentes de imigrantes constitui para as sociedades um desafio mais complexo do que a integração da primeira geração.

Como refere Machado (2006)¹, num quadro de imigração sedentarizada, as perspectivas de integração dos descendentes de imigrantes constituem uma questão de máxima importância, quer para as populações imigrantes, quer para as sociedades de acolhimento.

A formação de gerações numerosas de filhos de imigrantes é a própria medida da sedentarização. Dos imigrantes propriamente ditos pode esperar-se que regressem aos países de origem e que orientem a sua acção em função de projectos de regresso. Dos seus descendentes não. (Fernando Machado, 2006).

Nascidos nas sociedades de acolhimento, ou tendo pelo menos aí crescido e vivido a maior parte da vida, a ideia de regresso não se aplica e é em função das sociedades onde vivem que se formam as suas expectativas e projectos. (Fernando Machado, 2006).

¹ Ver: MACHADO, Fernando L. (2006); “Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos”; In Nação e Estado. Entre o Global e o Local; ed. Manuel Carlos Silva, 255 – 279; Afrontamento; Porto:

O modo de adaptação a longo prazo dos imigrantes às sociedades de acolhimento depende, por isso, como sublinha Alejandro Portes (2006)², menos do que lhes acontece a eles do que daquilo que acontece aos seus filhos.

Vários são os estudos que investigam os factores que levam à exclusão social dos jovens descendentes imigrantes, apontando para que as perspectivas de sucesso escolar, profissional e social são inferiores em relação aos jovens de origem lusa.

“E o principal indicador que afere uma integração bem sucedida é o facto de os filhos dos imigrantes terem as mesmas oportunidades e resultados que os filhos das populações locais”, refere John Martin,(2007)³

É necessário, para contribuir para um Portugal multicultural com menos clivagens a nível social, avaliar quais tem sido as respostas e soluções para uma sociedade mais justa e igualitária.

Mas quais têm sido as dificuldades de integração dos descendentes de Imigrantes? Existem resoluções alternativas e/ou complementares ao Estado-providência? Que respostas têm sido produzidas pela sociedade civil? Têm surgido soluções por parte da comunidade imigrante face a estes novos desafios?

O Terceiro Sector, mais especificamente as Associações de Imigrantes, tem sido utilizado como uma das estratégias para o combate à exclusão social dos descendentes de imigrantes.

O Estado através da adopção de políticas de integração social, que muitas vezes abrangem financiamentos a entidades de carácter social, as medidas de apoio em contexto escolar, ou a actuação do próprio descendente de imigrante, que não é um agente passivo na sua integração, surgem igualmente como outras maneiras de combate à exclusão social.

² Ver: PORTES, Alejandro; (2006); “Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração”; Fim de Século Edições

³ Ver: Entrevista a John Martin, Director da DELSA (Directorate for Employment, Labour and Social Affairs) – OCDE; in Notícias do site www.acidi.gov.pt ; 2007

A pertinência deste estudo de análise da actuação das Associações de Imigrantes na integração dos descendentes evidencia-se, dado que estas entidades do Terceiro Sector surgem como uma estratégia colectiva do próprio “grupo excluído” para encontrar soluções que resolvam as suas próprias problemáticas. O “empowerment” colectivo verificado através das Associações de Imigrantes, bem como de outras associações ou ONG⁴s, reflecte uma nova forma de actuar e agir, nesta “era globalizada”, que contribui directamente para o desenvolvimento social e humano.

Dada a amplitude de tarefas e de enraizamento espaço-temporal que alcançaram ao longo de décadas, as Associações de Imigrantes acabaram por conseguir abarcar um relevante conjunto de contributos que são atribuídos às associações voluntárias⁵ em termos genéricos (Vermeulen, 2001)⁶.

Segundo Vermeulen (2001), “a história das migrações tem demonstrado que os imigrantes têm criado as suas próprias associações para tentar resolver os problemas que o estado e a sociedade em geral não têm solucionado”.

As associações de imigrantes têm procurado fomentar a ligação com os países de origem e uma melhor integração e acolhimento dos imigrantes. Actualmente, também procuram contribuir para a integração dos descendentes imigrantes.

Torna-se assim fundamental analisar o papel e o impacto que a sociedade civil, através das associações, tem tido para criar dinâmicas que permitem que os descendentes de imigrantes tenham oportunidades que lhes possibilitem ter condições socialmente favoráveis, ou seja, que não fiquem presos nos meandros da exclusão social.

Os imigrantes e seus descendentes são co-habitantes activos de um lugar e co-produtores de uma cultura local. Por isso, as trajectórias de integração são processos de adaptação criativa às condições de vida locais e à (re)construção colectiva e cooperativa dos territórios onde vivem, envolvendo um processo de aprendizagem mútua, feito de cooperação e conflito, diálogo e troca de saberes, experiências e práticas culturais entre

⁴ ONG's – Organizações Não -Governamentais

⁵ “[...] redes sociais, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios mútuos” (Putnam, 1993: 36)

⁶ Ver: VERMEULEN, Hans (2001); “Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura”; Colibri; Lisboa

indivíduos, grupos sociais ou comunidades étnicas que partilham o mesmo espaço geográfico (Ang, 2003; Koff, 2003; White, 1999 e 2002.)

Há toda uma aprendizagem que ainda falta fazer relativamente à prática quotidiana da tolerância, da cooperação entre diversas culturas, da valorização dos processos de recomposição cultural e sobre os processos de integração.

É nesta perspectiva que analisaremos o papel das associações de imigrantes enquanto mediadoras institucionais para a integração social dos descendentes de imigrantes.

Esta análise é circunscrita à Área Metropolitana de Lisboa, devido à grande concentração de comunidades imigrantes e suas associações nesta região.

B – Objectivos da Investigação

É objectivo desta investigação, enquadrada no 3º Mestrado de “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão”, analisar o contributo e o papel que as associações de imigrantes têm tido na integração dos descendentes de imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa.

Para a concretização do objectivo proposto, pretende-se analisar uma amostra de Associações de Imigrantes, reconhecidas pelo ACIDI⁷, de forma a compreender qual tem sido o seu papel na integração dos descendentes de imigrantes. Complementarmente, procura-se também perceber como os descendentes de imigrantes percebem os factores da sua exclusão social e se percebem as associações de imigrantes como facilitadoras no seu processo de integração.

Este estudo tem como base teórica a integração e exclusão social, na medida em que o que se pretende analisar é a integração social dos descendentes de imigrantes. Desenvolvimento, migrações e mudança social surgem como conceitos de

⁷ ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, antigo ACIME é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa. O ACIDI, I. P., prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro ou de outro membro do Governo integrado na Presidência do Conselho de Ministros. Tem como missão colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões.

enquadramento para compreender como a imigração e o terceiro sector contribuem para uma nova realidade de interacção social e modificação das sociedades.

Os conceitos de movimentos sociais e capacidades de mudança são complementares, para uma melhor análise do papel do associativismo na integração social.

É feita uma breve contextualização sobre a realidade dos imigrantes e seus descendentes e sobre as associações de imigrantes de modo a compreender a situação global em estudo, para uma análise mais coerente.

Pretende-se assim responder à questão central:

«Qual o papel/ contributo das associações de imigrantes na integração dos descendentes de imigrantes na Região da Grande Lisboa?»

Assim sendo, são objectivos da investigação, analisar:

- a) Quais as áreas em que as associações de imigrantes têm contribuído para a integração dos descendentes de imigrantes.
- b) Que impacto têm tido as acções das associações na integração dos descendentes de imigrantes.
- c) Quais os factores que as associações consideram determinantes para a integração dos descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa.
- d) Como perspectivam os descendentes de imigrantes as associações de imigrantes como facilitadores na sua integração.
- e) Quais os factores que os descendentes de imigrantes consideram determinantes para a sua integração na sociedade portuguesa.

C – Estrutura do Trabalho

O presente estudo encontra-se dividido em cinco partes: Parte I - Enquadramento Teórico – Conceptual; Parte II – Imigrantes e seus descendentes em Portugal: Breve contextualização; Parte III – Estudo de Casos; Parte IV – Resultados e Parte V – Conclusões.

O Enquadramento Teórico – conceptual, a primeira parte da investigação, está subdividido em três capítulos, sendo o Capítulo II – Exclusão e Integração Social o pilar da discussão teórica, na medida que a investigação está centrada na avaliação dos factores de integração/ exclusão social, através do contributo das associações de imigrantes. A exclusão e integração social são conceitos chave para compreender as dinâmicas de exclusão/integração dos descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa.

O primeiro capítulo, que se refere ao “Desenvolvimento, Migrações e Mudança Social”, surge como enquadramento, explicitando como as migrações nas sociedades contemporâneas têm contribuído para a mudança das sociedades e conseqüentemente para o desenvolvimento humano, focando igualmente a perspectiva da mudança social nas sociedades, devido às migrações.

Movimentos Sociais e Processos de Mudança (Empreendedorismo Social e *Empowerment*), fazem parte do terceiro capítulo do Enquadramento Teórico - Conceptual e pretendem descrever processos de capacitação da comunidade imigrante para o seu processo de integração, especificando posteriormente como estes mecanismos levam ao movimento do associativismo como uma das formas de cidadania importante para o processo de integração. Este capítulo é complementar à discussão teórica da exclusão e integração social, na medida em que ajuda a compreender mecanismos da própria comunidade para encontrar soluções para a sua própria integração.

A Parte II – “Imigrantes e seus descendentes em Portugal: Breve contextualização” está dividida em três capítulos.

O capítulo quarto é referente à “Breve história da Imigração em Portugal” e tem por objectivo compreender os fenómenos da imigração em Portugal, da sedentarização das

comunidades, perceber de que países são provenientes, em que locais e como se fixaram no país de acolhimento.

O capítulo seguinte, “ O Associativismo Imigrante em Portugal”, faz uma breve retrospectiva de como o movimento associativo imigrante se desenvolveu em Portugal.

O capítulo seis foca a “Situação dos Descendentes de Imigrantes” e subdivide-se em 3 alíneas. A primeira alínea “Algumas reflexões de delimitação e problematização” que fala sobre algumas questões como o conceito de geração, identidade e sobre o número de descendentes de imigrantes presentes em Portugal. A segunda alínea “Alguns elementos sociais determinantes para a integração” que foca o acesso a bens sociais, tais como educação, habitação e acção social. E a última alínea “Modalidades de participação e representação”, que faz uma breve abordagem sobre a participação dos descendentes através do associativismo e sua representação em centros de decisão.

As partes III e IV, sobre o Estudo de Casos e Resultados, respectivamente, correspondem à parte prática do trabalho, pretendendo-se, através da análise de entrevistas aplicadas às associações de imigrantes e aos descendentes de imigrantes, por um lado, entender o contributo das associações imigrantes para a integração dos descendentes e, por um outro, compreender qual a percepção dos descendentes de imigrantes sobre a sua integração e sobre as dinâmicas associativas para este propósito.

A Parte V, a última parte, corresponde às Conclusões retiradas da análise do estudo efectuado e ainda contém algumas pistas para estudos futuros e sugestões para medidas políticas.

PARTE I – ENQUADRAMENTO

TEÓRICO CONCEPTUAL

Capítulo 1– Migrações, Mudança Social e Desenvolvimento

Capítulo 2 – Exclusão e Integração Social

Capítulo 3 – Movimentos Sociais e Processos de Mudança

A Parte I desta investigação, referente ao Enquadramento Teórico-conceptual, está subdividida em três capítulos: o “Capítulo 1 – Desenvolvimento, Migrações e Mudança Social”, que aflora o facto das sociedades estarem em mudança, e que as migrações vieram criar novas formas de interacção social, em que a integração das comunidades imigrantes são necessárias para o Desenvolvimento sustentável das nações; o “Capítulo 2 – Exclusão e Integração Social”, que apresenta algumas teorias de integração/exclusão social importantes para compreender os fenómenos subjacentes a integração/exclusão dos descendentes de imigrantes e o “Capítulo 3 – Movimentos Sociais e Processos de Mudança”, que explica de forma sucinta os conceitos referidos, com o objectivo de perceber melhor estes fenómenos de resistência e resiliência à exclusão social, como forma de integração numa sociedade em que as mudanças sociais ditam novas regras de convivência entre povos e culturas diferentes, bem como novas formas de promover o Desenvolvimento dos países.

Contudo, o capítulo 2 – Exclusão e Integração Social é o pilar da discussão teórica, o capítulo 1 – Desenvolvimento, Migrações e Mudança Social, tem um carácter de enquadramento da realidade estudada e o capítulo 3 – Movimentos Sociais e Processos de Mudança, tem como função a complementaridade da discussão teórica, na medida que explica de forma sucinta estratégias de integração.

Capítulo 1 – Desenvolvimento, Migrações e Mudança Social

“Um dos maiores testes a uma União Europeia alargada, nos próximos anos e décadas, será a maneira como gere o desafio da imigração. Se as sociedades europeias estiverem à altura do desafio, a imigração será um factor de enriquecimento e irá fortalecê-las. Se não o conseguirem, isso pode ter como consequência uma descida do nível de vida e a divisão social.”

Kofi Annan

Artigo no Jornal Público de 29 de Janeiro de 2004

As migrações contribuem para a mudança social e para o desenvolvimento. Surgem novas estruturas e formas de acção, bem como novas problemáticas, oportunidades e desafios.

Não existe consenso entre os cientistas sociais sobre o significado do termo “desenvolvimento”, frequentemente confundido com crescimento económico. Amartya Sen, prémio Nobel de economia, define o desenvolvimento como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos terem opções, fazerem escolhas. Relativizando os factores materiais e os indicadores económicos, Sen insiste na ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas. A base material do processo de desenvolvimento é fundamental, mas deve ser considerada como um meio e não como um fim em si. (Rattner, 2003)

O conceito de Desenvolvimento Humano não se limita a tomar em consideração o rendimento *per capita*, o desenvolvimento dos recursos humanos e as necessidades básicas como medidas de avaliação do progresso humano, pois também avalia factores

como a liberdade, a dignidade e a intervenção humanas, isto é, o papel das pessoas no desenvolvimento.⁸

A forma como actuam as associações e a forma como os descendentes de imigrantes e outros excluídos são integrados na sociedade serão factores importantes nos critérios de avaliação do desenvolvimento.

“ O Desenvolvimento Humano”⁹ tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. Crescimento económico, maior comércio e investimento, progresso tecnológico – tudo é muito importante. Mas são meios, e não fins. Fundamental para a expansão das opções humanas é construir capacidades humanas. As capacidades mais básicas para o Desenvolvimento Humano são viver uma vida longa e saudável, ser educado, ter um padrão decente de vida e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade”. (Relatório Desenvolvimento Humano, 2003).

Falar de desenvolvimento significa, hoje em dia, falar de melhoria da qualidade de vida através da melhoria dos sistemas de educação, saúde, liberdade, etc.

Os índices de desenvolvimento humano (IDH) levantados e calculados nos últimos anos relevam aspectos além da capacidade produtiva, ao postular a melhoria da qualidade de vida em comum, a confiança das pessoas nos outros e no futuro da sociedade. Destacam as possibilidades das pessoas levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar o seu potencial criativo e contribuir efectivamente para a vida colectiva.¹⁰

Neste sentido, o Terceiro Sector tem um papel fundamental na procura de respostas para um melhor “desenvolvimento” nesta sociedade cada vez mais global e que procura ser mais justa e pró-activa.

A relação entre crescimento económico e desenvolvimento humano é biunívoca – um sem outro não podem ser sustentáveis a longo prazo. O que contribui para que um dos

⁸ Ver : www.onuportugal.pt

⁹ Desenvolvimento Humano é o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservarem para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens. (Relatório Desenvolvimento Humano, 2003)

¹⁰ Ver: RATTNER, Henrique; Revista Espaço Académico – Ano III – Nº7 – Agosto/2003 - Mensal

elementos seja forte e funcione é a existência de uma sociedade civil activa – “Organizações não governamentais e grupos comunitários têm também uma função essencial no aumento do desenvolvimento humano”. Esta função, de alternativa e suplemento aos serviços públicos, permite englobar neste processo pessoas e grupo que de outra forma seriam excluídos, mobilizando a opinião pública e a acção comunitária para ajudar a definir prioridades de desenvolvimento humano (Relatório de Desenvolvimento Humano, 1996).

“O desenvolvimento tem de ser mais referido à promoção da vida que construímos e às liberdades de que usufruímos. Alargar as liberdades que, com razão, valorizamos não só torna as nossas vidas mais cheias e desimpedidas como também nos permite sermos pessoas socialmente mais completas, dando expressão à nossa vontade e interagindo com – e influenciando – o mundo em que vivemos.” (Amartya Sen¹¹, 2003)¹².

A maior parte das sociedades contemporâneas são multiculturais, multiétnicas ou mestiças, o que significa dizer que se caracterizam por uma enorme variedade de identidades simbólicas e expressivas.

O crescimento acelerado da migração internacional dissemina e amplia os efeitos da diversidade cultural. De 6 milhões, em 1960, os imigrantes que mudam de país saltaram para 175 milhões em 2000.¹³

Globalmente, cerca de metade das nações mundiais têm um papel significativo neste sistema e, cada vez mais, existe um maior número de países a desempenhar simultaneamente múltiplos papéis – como locais de onde e através dos quais os imigrantes chegam e como locais nos quais os imigrantes se estabeleceram ou trabalham apenas durante um período de tempo. (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004).

Também cada vez mais se nota uma interdependência crescente, ou uma simbiose emergente, entre trabalhadores, famílias, redes transnacionais de vários tipos, e políticas domésticas nacionais, estrangeiras e económicas (Demetrios Papademetrio, 2003¹⁴).

¹¹ Amartya Sen – Prémio Nobel da Economia 1998.

¹² Ver: SEN, Amartya; (2000); "*Desenvolvimento como Liberdade*", Companhia das Letras

¹³ Ver: PNUD; 2004; "Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade Cultural num Mundo Diversificado

A abertura das fronteiras económicas e financeiras, com as suas necessidades de transpor regiões, as trocas comerciais, o aumento do fluxo de pessoas e materiais, no globo, leva obrigatoriamente à criação de uma nova forma de estar e de ser. É necessário pensar e aprender a viver com esta diversidade.

As migrações internacionais são um dos principais factores de transformação do mundo em que vivemos. Desempenham um papel essencial nos processos de mutação social, económica e política à escala mundial; são, ao mesmo tempo, modeladas por essas mutações e ajudam a modelá-las. No século XXI, várias mudanças fundamentais, nas tendências e nos processos migratórios mundiais, impõem à humanidade novos desafios intelectuais e práticos (M. Lucinda Fonseca, 2003).¹⁵

A forma como as migrações se constituem como fonte de transformação das comunidades de partida e de acolhimento, a implicação dos diferentes grupos socio-económicos nas migrações e o carácter transnacional da identidade e dos meios de subsistência dos migrantes põem em causa as noções clássicas de integração dos migrantes e de Estado nação (Demetrios Papademetriou, 2003).

As migrações foram mal interpretadas, como a causa central das transformações, quando são, elas próprias, um sintoma de mudanças à escala mundial (Demetrios Papademetriou, 2003).

Com demasiada frequência, vemos que as migrações são analisadas como um problema a ‘gerir’ e a ‘resolver’, focalizando as atenções nas causas percepcionadas do mesmo, em vez de serem perspectivadas como parte integrante do processo de desenvolvimento e de transformação mundial. É inegável que as migrações suscitam problemas associados por exemplo ao desafio da integração, da exploração e do tráfico. No entanto, o discurso da ‘migração-problema’ condiciona uma boa parte da investigação que é feita, definindo os objectivos e as questões a colocar e excluindo outras perspectivas (Demetrios Papademetriou, 2003).

¹⁴ Ver: Vários; (2003); “*Actas do 1º Congresso Imigração em Portugal: Diversidade –Cidadania – Integração*”; [org.]Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas; Lisboa

¹⁵ Ver: Vários; (2003); “*Actas do 1º Congresso Imigração em Portugal: Diversidade –Cidadania – Integração*”; [org.]Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas; Lisboa

A globalização está a desencadear interacções cada vez maiores entre a população mundial.

A integração social dos descendentes de imigrantes, que representa a efectiva integração das comunidades imigrantes na sociedade de acolhimento, é um dos aspectos de relevância para compreender a forma como as sociedades acolhem as suas comunidades migrantes e compreender se estas sociedades, actualmente multiculturais, estão a contribuir para um desenvolvimento sustentável.

A questão da integração das segundas gerações é um dos desafios chave enfrentados por muitos dos países da OCDE¹⁶

Em muitos casos os descendentes de imigrantes, as segundas e por vezes as terceiras gerações, não estão a atingir a integração que seria desejável (John Martin, OCDE, 2005).

A complexidade que caracteriza as sociedades faz com que o desenvolvimento só seja possível de forma integrada e participada.

¹⁶ OCDE – A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, ou OECD em inglês) é uma organização internacional dos países comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. A sede da organização fica em Paris, na França. Juntos, os 30 países participantes produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo. A OCDE influencia a política económica e social de seus membros. Entre os objectivos está o de ajudar o desenvolvimento económico e social no mundo inteiro, estimulando investimentos nos países em desenvolvimento. (Fonte: www.wikipedia.com)

Capítulo 2 – Exclusão e Integração Social

Compreender os conceitos de exclusão e integração social é fundamental para este estudo em questão e surge como um pilar importante para fundamentar, através dos diversos paradigmas científicos, como acontece o processo de exclusão e para elucidar que modelos de integração têm surgido à luz da investigação que possam indicar melhores estratégias ou melhor enquadramento teórico para podermos encontrar soluções de integração social para os descendentes de imigrantes.

O termo de exclusão social tem estado ligado aos descendentes de imigrantes e várias políticas de integração têm sido desenvolvidas com o intuito de superar esta problemática. Segundo Rui Marques¹⁷, ex Alto Comissário do ACIME, “As condições socioeconómicas das famílias dos descendentes dos imigrantes, em norma mais pobres que a média nacional, empurra-os para as margens da exclusão social, com impacto na habitação, na saúde ou na educação. A esta marginalização socioeconómica acresce a discriminação em função da origem étnica ou nacional. A desigualdade de oportunidades manifesta-se em vários domínios. Atravessa os seus percursos escolares e desafia os seus projectos de futuro académico e profissional, dificultando o rompimento e a superação do universo profissional de inserção dos seus pais, e a construção de trajectórias de mobilidade social ascendente. Estende-se depois até à duríssima discriminação no acesso ao emprego, passando igualmente pelos efeitos perversos dos preconceitos e dos estereótipos que os minimizam”¹⁸

Neste segundo capítulo do Enquadramento Teórico-Conceptual pretende-se analisar o que se entende por exclusão social e apresentar alguns modelos teóricos sobre a integração social de forma a posteriormente percebermos a melhor maneira de encontrar algumas soluções que possam contribuir para retirar grupos, como os descendentes de imigrantes, dos meandros da exclusão social.

¹⁷ Rui Marques - Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, no período entre a 2005 a 2008

¹⁸ Rui Marques in: Vários, *Seminário Descendentes de Imigrantes: Um lugar na Sociedade Portuguesa*, ACIDI, 2007

2.1 Exclusão Social

A utilização do conceito de exclusão social é relativamente recente, sendo a sua abordagem dificultada pela difusão que vai tendo nos vários discursos, nomeadamente nos meios políticos e intelectuais. Com efeito, à medida que a noção de exclusão se generaliza e a sua utilização se torna mais comum e consensual, ela torna-se também mais fluida e, por vezes, equívoca enquanto conceito científico. Por esta razão, torna-se pertinente construir uma abordagem que resulte numa definição mais completa e operacionalizável. Várias definições que são referidas em seguida poderão proporcionar uma visão mais clara sobre o conceito.

Considerando que a desigualdade é um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social, torna-se legítimo esperar diferentes capacidades de articulação e de acumulação de recursos (materiais e sociais) por parte dos actores pertencentes a uma dada sociedade. A exclusão surge com a agudização das desigualdades (indissociável dos mecanismos de produção destas) resultando numa dialéctica de oposição entre aqueles que efectivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos (recursos que ultrapassam a esfera económica, englobando ainda aqueles que derivam dos capitais cultural e social dos actores sociais), se encontram incapacitados para o fazer. A exclusão resulta, então, de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade – inerente à figura dos excluídos – opondo-se claramente à noção de integração social (CIES/ CESO I&D, 1998; Capucha, 1998).

A exclusão configura-se como um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Acresce o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias de persistência,

constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social.

Numa situação de exclusão verifica-se uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando «para fora ou para a periferia da sociedade» todos aqueles que «não participam dos valores e das representações sociais dominantes» (Fernandes, 1991)¹⁹. O excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a acção de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão.

A nível simbólico «tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transacções sociais» (Fernandes, 1991). Esta dimensão da exclusão assume-se pela transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria incapacidade de superar os obstáculos e os processos que provocam e/ou acentuam a sua exclusão.

Nas sociedades modernas ocidentais, nomeadamente Portugal, pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes (habitação, saúde, lazer). Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas. Assim, «(...) os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha do tecido social» (Rosanvallon, 1997).²⁰

A exclusão social evoca uma fractura nos laços entre o indivíduo e a sociedade, propiciando uma quebra na própria unidade social. Com efeito, a pobreza e a exclusão aparecem, não poucas vezes, associados ao surgimento de “classes perigosas” ou

¹⁹ Ver: FERNANDES, A. Teixeira;(1991);"Formas e mecanismos de exclusão social", in Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I

²⁰ Ver: FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre ; (1997); “A Nova Era das Desigualdades”, Celta Editora; Oeiras

“marginais”, que põem em causa a estabilidade e a normalidade sociais e que interessará acantonar, do ponto de vista político, para melhor controlar (Jordi Estivill, 2003)²¹.

Desta forma, os processos de exclusão traduzem a acumulação das deficiências ou insucessos em várias esferas sociais, assumindo igualmente a forma de uma ruptura dos laços simbólicas (Xiberras,1996)²². A configuração da exclusão está estritamente ligada à desintegração social (quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de actividade (associada às mutações económicas) e à desintegração das relações sociais e familiares (aparecimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão – famílias monoparentais – e enfraquecimento das redes de entreajuda familiares, de vizinhança e comunitários) (Xiberras,1996).

A exclusão é um processo complexo em que causas e consequências aparecem entrelaçadas entre si, não sendo um processo redutível a situações de carências/ escassez em termos de recursos patrimoniais individuais e globais. A exclusão é um processo dinâmico, associado a uma trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de *handicaps* vários (rupturas familiares, carências habitacionais, isolamento social, etc.) A exclusão recobre situações de precariedade de situações de risco, não sendo, assim, um fenómeno marginal. É antes um fenómeno que afecta cada vez mais indivíduos provenientes de um leque cada vez mais amplo de grupos sociais. (Jordi Estivill, 2003)²³.

A noção de exclusão ultrapassa a de desigualdade, conferindo-lhe um outro sentido, assente não na oposição de interesses entre grupos sociais, mas essencialmente sobre a fragilidade, fundada na ausência de reivindicações organizadas e de movimentos com

²¹ Ver: ESTIVILL, Jordi; (2003) “Panorama da Luta Contra a Exclusão Social – Conceitos e Estratégias”; Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

²² Ver: MARTINE, Xiberras (1996), “As Teorias da **Exclusão** — Para uma Construção do Imaginário do Desvio”; Instituto Piaget; Lisboa

²³ Ver: ESTIVILL, Jordi; (2003) “Panorama da Luta Contra a Exclusão Social – Conceitos e Estratégias”; Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza

potencialidades ao nível do reforço da coesão identitária das populações menos favorecidas (Paugam, 2003)²⁴.

À vivência da exclusão social encontram-se associadas situações diferenciadas, pelo que se torna possível falar de tipos de exclusão social. Estes são caracterizados por um peso desigual dos diversos *handicaps* (exclusão do mercado de trabalho ou precariedade de inserção no mesmo, baixos níveis de rendimentos, carências habitacionais, baixa escolarização e reduzidas qualificações, fraca participação social e política, etc.); aquele que reúne maior preponderância contribui para nomear o tipo de exclusão. Assim, pode falar-se em exclusão económica, social, cultural, etc. (Costa, 1998).

A acumulação de *handicaps* aumenta a vulnerabilidade de determinadas categorias sociais a situações de exclusão social, tornando-as socialmente mais visíveis. A identificação dos *handicaps* pressupõe um (re)conhecimento das circunstâncias que permitem considerar um grupo ou uma categoria como socialmente desfavorecida. (CIES/ CESO I&D, 1998).

A abordagem das representações dos actores pressupõe que os agentes sociais possuam uma margem de autonomia que lhes permita interiorizar, recusar ou negociar a definição do seu estatuto (Paugam, 2003). Por seu turno, estas representações são, na sua constituição, objecto de um processo de etiquetagem e de estigmatização que as reforça. As dificuldades de integração social são acrescidas pela incapacidade destas categorias sociais superarem o processo de etiquetagem que as identifica como desfavorecidas.

Definir as categorias sociais desfavorecidas é considerar a sua particular vulnerabilidade a situações de pobreza, pelo facto de ocuparem os lugares inferiores no espaço das posições sociais e que tornam difícil o acesso de uma parte significativa dos indivíduos que as compõem à condição de cidadania plena e à integração no mercado de trabalho (CIES/CESO I&D, 1998).

As desigualdades estão igualmente patentes no modo como as políticas de protecção social, de habitação, de saúde e de equipamentos de apoio à família abrangem de modo

²⁴ Ver: Serge, Paugam (2003); "A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza"; Colecção Educação e Trabalho social 6; Porto Editora; Porto

diferenciado as diversas categorias do tecido social, deixando algumas delas menos protegidas ou desprotegidas de todo. Há famílias e pessoas que vivem em piores condições de habitação e saúde e com menores (quando existentes) apoios em equipamentos sociais. Quase sempre as condições de vida destas famílias se reflectem na sua própria estrutura e na capacidade que possuem para proporcionar aos seus membros as condições de afecto e de apoio material a trajectórias minimamente bem sucedidas. Se à “crise” destas famílias associarmos transformações que ocorrem nos mecanismos de funcionamento de certas comunidades de integração, como sejam *as baseadas nos laços* de vizinhança, - estaremos em condições para perceber melhor a emergência de comportamentos anómicos, de “corrosão do carácter” (Senner,2001) e a instabilidade emocional, que podem reforçar os mecanismos de exclusão e inibir fortemente as capacidades de interacção e participação social (Capucha, 2005)²⁵.

O Observatório Europeu criado durante o II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (II PELCP) propôs um espaço de atributos da noção de exclusão social que chamava a atenção para cinco domínios fundamentais de direitos, na ausência dos quais as pessoas e as famílias se encontram em situação de exclusão (Room, 1989). São eles o direito (i) a um rendimento digno, (ii) ao trabalho e à actividade económica (iii) à educação e à formação, (iv) à saúde e à habitação e, ainda,(v) à igualdade de oportunidades.²⁶

Jordi Estivill(2003) propõe outra tipologia, a partir do cruzamento das variáveis “relação com o trabalho” e “relação com a protecção”, que permite criar quatro situações-tipo, desde a inclusão (para quem trabalha e tem direito à protecção), até à situação extrema dos que nem trabalham na economia paralela sem direitos de protecção e por aqueles que não trabalham, mas são assistidos.

Tânia Burchardt (2000) propõe um conjunto de quatro dimensões em que é importante a participação das pessoas e nas quais, a partir de determinado grau de ausência, elas se podem considerar em situação de exclusão, nomeadamente (i) o consumo para manter um nível de vida digno; (ii) produção, dimensão relativa ao envolvimento numa actividade socialmente útil; (iii) participação política no processo democrático, fazendo

²⁵ Ver: CAPUCHA, Luis; (2005); “Desafios da Pobreza”; Celta Editoras, Oeiras

²⁶ Ver: CAPUCHA, Luis; (2005); “Desafios da Pobreza”; Celta Editoras, Oeiras, pag.89

ouvir os pontos de vista; e (iv) interacção social com a família e os amigos, dimensão oposta ao isolamento.²⁷

Amartya Sen (1998) refere-se também a cinco tipos distintos de liberdades, incluindo liberdades políticas, os serviços económicos (“economic facilities”), as oportunidades sociais, as garantias de transparência e discussão pública e a protecção e segurança.

José Pereirinha (Pereirinha e outros, 1999) adianta um modelo de operacionalização de indicadores referidos a um conjunto de direitos sociais de natureza universal (ao emprego, à educação, à habitação, à protecção social) e de natureza categorial (família, mulheres, terceira idade, imigrantes e minorias étnicas, população deficiente, toxicoddependência) capazes de dar conta dos processos, das estruturas e das políticas de luta contra a exclusão (que refere à dimensão relacional da privação de direitos) e a pobreza (relativamente à dimensão distributiva). (Capucha, 2003)

Outras propostas ou abordagens poderiam ser referidas. Todas elas possuem alguns traços em comum. Tendem a considerar sempre uma dimensão material, relativa à distribuição de recursos de vária ordem, sendo a escassez de recursos económicos, isto é, a pobreza, o principal factor de exclusão social nas sociedades modernas; uma dimensão social, relacionada com a construção permanente e a reconstrução de identidades e sociabilidades; e uma dimensão simbólica, dados os efeitos específicos de exclusão resultantes da capacidade diferencial de impor classificações, desde logo, sobre o que é estar integrado ou estar excluído.

2. 2 Integração Social

Quando se evoca o tema da integração, sobre o qual os investigadores das Ciências Sociais não conseguem alcançar um consenso, coloca-se uma questão essencial: em que é que as pessoas se integram? São necessárias condições políticas e sociais de integração? Nenhuma interrogação sobre integração pode dispensar a reflexão sobre o estado geral de uma sociedade.

Os seres humanos diferenciam-se e, frequentemente, agrupam-se de acordo com a sua origem, o seu género, a sua idade, a sua filiação étnica, linguística, política ou religiosa, ou a partir das actividades que desempenham para trabalhar, residir, praticar desporto, cultura, etc. A exclusão, que pode ser interna ou de um grupo sobre outro, provém, nesta perspectiva, não da diferenciação, mas sim da separação inferiorizante e da desigualdade negativa. (Jordi Estivill, 2003).

Segundo Rui Pena Pires (1999)²⁸ “o termo integração é correntemente usado na literatura sociológica para designar, no plano micro, o modo como os actores são incorporados num espaço social comum, e, no plano macro, o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais”.

Shadid (1991), citado por (Malheiros, 2007)²⁹ define este mesmo termo como “a participação de minorias étnicas e religiosas, individualmente ou em grupo, na estrutura social da sociedade de acolhimento, desde que tenham possibilidades suficientes para manter os aspectos específicos da sua cultura e da sua identidade”. Assim, verificamos que este conceito tenta promover a conjugação da adesão às normas sociais vigentes na sociedade de acolhimento, com o respeito pela manutenção da identidade dos grupos minoritários, enquadrando-se no espírito do modelo pluralista.

O conceito de exclusão social está associado, por oposição, ao conceito de integração social. A integração pressupõe a delegação de poder; os excluídos ou grupos

²⁸ PIRES, R. Pena, (1999); “Uma teoria dos processos de integração in Sociologia problemas e Práticas”, n.º 30, CIES/CELTA

²⁹ Ver: MALHEIROS, Jorge; MENDES, Manuela; (2007) “Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa”; Estudos do Observatório da Imigração, Nr. 22; ACIDI

empobrecidos devem ter necessariamente uma participação activa no funcionamento de grupos sociais organizados. Esta é uma condição básica para se operar a integração.

Assim sendo, a integração remete para um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais.

A sua possibilidade passa pela interacção entre quatro sistemas – o sistema político – jurídico, que deve operar a integração cívica e política; o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração sócio-económica num dado espaço; o sistema de protecção social, que proporciona a integração social e o sistema familiar, comunitário e simbólico, que deve realizar a integração familiar e na comunidade mais abrangente. (Paugam, 1991))

Numa sociedade de lógica produtivista, a integração assenta, em certa medida, sobre a actividade profissional, que favorece a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo e do espaço e a identidade no trabalho (Paugam, 1991)³⁰.

As políticas de combate à pobreza e exclusão assentam na noção de integração social, que é utilizada para designar «o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania» (CIES/CESO I&D, 1998).

A integração social remeterá, assim, para o «duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio» (CIES/CESO I&D, 1998: 9; Capucha, 1998). Esses processos são accionados em múltiplos momentos da vida humana – interacção social e familiar, acesso a instituições, escolarização, qualificação, acesso ao emprego, à participação cívica, etc.

A integração social poderá passar pelo recurso regular ou esporádico aos serviços de acção social, estabelecendo-se uma situação de dependência, ou seja, de inferioridade

³⁰ PAUGAM, Serge. "Pobreza e exclusão social: Uma análise Sociológica." Pp. 41-62 in ;O Futuro do Apoio Social na Europa, editado por Martin Rhodes e Yves Meny 1998

social e de uma reduzida auto-estima. As populações ajudadas ou assistidas negociam a inferioridade do seu estatuto social. Isto significa que os assistidos não são meras vítimas manipuladas por uma “sistema”, são antes actores sociais que dispõem de um espaço de manobra e de negociação. (CIES/CESO I&D, 1998).

A Castel (1988)³¹, propõe uma hipótese teórica que esquematiza o processo de integração social, segundo a direcção da desafiliação à autonomia.

Segundo Castel (1988), as noções de integração e de não-integração sociais devem-se em parte à utilização corrente de termos que lhes são próximos: adaptação (não-adaptação) e a inserção (não-inserção) sociais por exemplo. Para ser completo e mais variado, é preciso ser introduzido um termo intermédio entre estes extremos, ou entre os pólos positivo e negativo (integração *versus* não-integração), termo que marca aliás de maneira útil a ideia de um processo ou de um *continuum*: desintegração, desinserção, desadaptação.

É esta ideia do continuum que vai da integração à exclusão, e sobre o qual podem desenhar-se zonas de segurança (máxima), com linhas de deslize e de ruptura, que foi aprofundada por Castel. Este autor constata em primeiro lugar que “a paisagem da questão social”, apesar de parecer sempre renovada pela emergência de novos problemas sociais e mais ainda de novas urgências, permanece finalmente sempre um pouco idêntico. Para melhor discernir a natureza profunda e contemporânea destes problemas, Castel(1988) tenta desenvolver dos mesmos uma análise transversal (busca das fontes e características comuns), qualitativa (não de numeração) e compreensiva (a fim de tentar encontrar respostas diferentes de gestão administrativa das urgências e dos recursos disponíveis).

A sua hipótese é que todas as situações sociais actualmente problematizadas exprimem um modo particular de dissociação do laço social, a que chama desafiliação social. Esta resulta, na hipótese de Castel, da conjugação de dois processos: um processo de não-integração pelo trabalho (e no mundo do trabalho) e um processo da não-inserção nas redes próximas de sociabilidade (familiar e social). Para Castel (1998), “uma sociedade

³¹ SOULET, Marc-Henry (org.); “Da Não-integração: Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo”; Quarteto Editora; 2000

começa a resignar-se ao dualismo quando aceita a precariedade e a vulnerabilidade como sendo estados de facto”.

A incidência prática destes propósitos é, portanto, dar a entender que uma dupla política seria possível. *Por um lado, com uma vertente predominantemente preventiva*, consistiria em controlar a zona de vulnerabilidade através de medidas gerais; e uma outra, predominantemente reparadora, dispor-se-ia a reduzir a zona de desafiliação através de medidas concretas de inserção.³²

O cruzamento destes dois eixos (Integração/ Não-integração pelo trabalho e Inserção/ Não-inserção em redes de relações sociais permite distinguir diferentes zonas, entre as quais as fronteiras são permeáveis, e que designam vários tipos de estatutos sociais (Castel, 1988), nomeadamente:

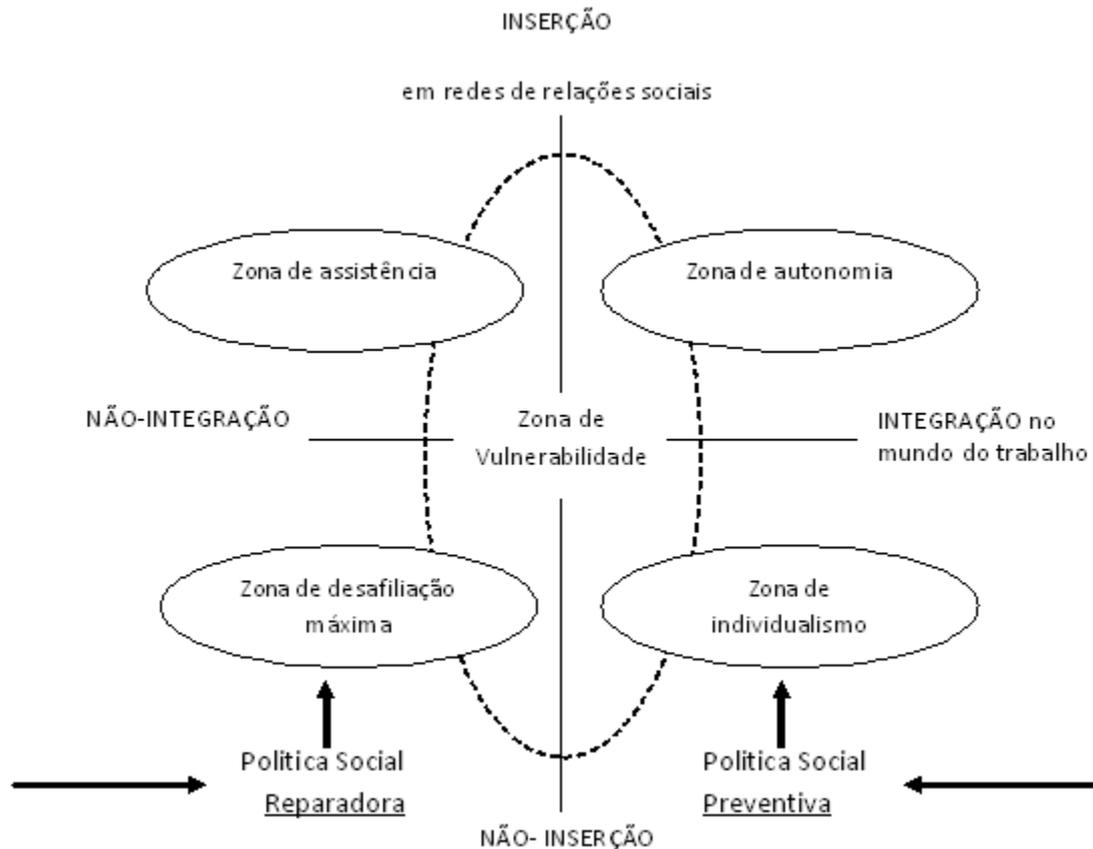
- Zona de autonomia (integração + inserção): os “integrados –inseridos” (estatuto mais favorável);
- Zona de individualismo sem ligações (integração sem inserção): os “individualistas autosuficientes”;
- Zona de vulnerabilidade (integração e inserção mínimas): “os assistidos”;
- Zona de desafiliação máxima (não-integração + não-inserção): “os excluídos” (estatuto mais desfavorável).

Finalmente, a integração verdadeira, segundo Castel, “é ter uma posição sólida nestes dois eixos, uma relação estável para com o trabalho e suportes relacionais estreitos.

Fig 1. Da Autonomia à desafiliação³³

³² Retirado de: SOULET, Marc-Henry (org.); “Da Não-integração: Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo”; Quarteto Editora; 2000

³³ Retirado de: SOULET, Marc-Henry (org.); “Da Não-integração: Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo”; Quarteto Editora; 2000



Retirado de: Castel

Segundo a hipótese de Capucha (2005), exclusão e integração não são substancialmente diferentes. São ambas feitas da mesma matéria, consubstanciada de forma polar no acesso aos direitos cívicos de liberdade, mas também a direitos sociais assegurados pelo estado-providência, como sejam o emprego e o trabalho, a educação e a cultura, a protecção na doença e na velhice, o consumo, a posse de identidade e de um estatuto social, a fruição de condições dignas de habitação e cuidados de saúde, a inserção numa comunidade que satisfaça as necessidades de pertença social, entre outras. Estar integrado significa partilhar a condição de cidadania com os restantes membros da sociedade.

Sendo multidimensional, a exclusão social resulta da acção conjugada de um conjunto de factores. Capucha (2005), organiza os factores que considera mais relevantes segundo dois eixos: o primeiro eixo que contém o pólo das estruturas e dos processos a nível societal³⁴, os quais determinam as oportunidades de participação, e no pólo

³⁴ No esquema da fig.2 surge como "Nível societal (oportunidades)

simétrico³⁵ as práticas e os quadros de interacção, a que se associam as suas capacidades para jogar com aquelas oportunidades. E o segundo eixo que distingue os factores objectivamente exteriores aos agentes dos que se encontram incorporados nas representações e disposições das pessoas e das comunidades. Os factores de natureza objectiva podem referir, entre outros que demonstram as desigualdades, as mutações tecnológicas e a respectiva articulação com o sistema económico e o sistema de emprego, a organização do trabalho e as estruturas de distribuição dos rendimentos primários.

Os factores de ordem subjectiva, situado no pólo contrário aos factores de ordem objectiva, onde estão, por um lado, as imagens e representações sociais preconceituosas acerca de certas categorias da população, que impedem muitas vezes o acesso às instituições e ao emprego, gerando segregação social e marginalização. Por outro lado, essas representações, muitas vezes, também se incorporam nas pessoas na forma de acomodação, vitimização, passividade, auto-estima negativa, representação negativa de si e do mundo (Capucha, 2005).

Fig. 2 – Factores de Pobreza e Exclusão Social

³⁵ No esquema da fig 2. surge como: “Pessoas e seus contextos (capacidades)”

Nível Societal (Oportunidades)	
Factores Objectivados	<ul style="list-style-type: none"> • Padrões de especialização económica, produtividade, salários e formas de regulação do trabalho; • Funcionamento do sistema fiscal; • Estruturas e dinâmicas do mercado de trabalho; • Orientação e funcionamento geral dos sistemas de ensino, formação, saúde, protecção social; • Dinâmicas demográficas e familiares, infra-estruturas (transportes, saneamento, ...) e oferta de equipamentos e serviços de proximidade • Dinâmica de organização e especialização dos territórios.
Factores Subjectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Representações negativas e preconceituosas a respeito das pessoas em situação de exclusão; • Valores de solidariedade e justiça social • Atitude face à responsabilidade social das empresas; • Níveis de informação e de sensibilização de actores estratégicos e da sociedade em geral para os problemas dos grupos desfavorecidos; • Configuração cultural de orientação individualista.
Pessoas e seus contextos (capacidades)	
Factores Objectivados	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas e grupos auferindo baixos rendimentos salariais e benefícios sociais escassos; • Qualificações escolares e profissionais muito baixas ou inexistentes para parte significativa da população; • Desemprego, desemprego desencorajado, emprego sem qualidade e sobre exploração; • Insuficiência ou distância de serviços de formação profissional em relação aos potenciais clientes; • Dificuldades de acesso a serviços e equipamentos (apoio à família, saúde, protecção, educação, ...); • Más condições de habitação e acesso a transportes; • Trajectórias espaciais e sociais de exclusão; • Organização familiar; • Pertença a circuitos de pobreza instalada.
Factores Subjectivos	<ul style="list-style-type: none"> • Auto-imagem desvalorizada; • Falta ou distorção da informação; • Fraca capacidade de mobilização colectiva e de reivindicação; • Escassez de iniciativa estratégica e orientação para a sobrevivência quotidiana; • Acomodação à escassez das oportunidades e falta de motivação; • Indisciplina pessoal e menor capacidade de desempenho social regular;

Fonte: Capucha,L (2005); “Desafios da Pobreza”; Celta Editoras; Oeiras

Segundo a hipótese de Roque Amaro (2000), a Integração é um duplo processo de interacção positiva entre os indivíduos excluídos e a sociedade a que pertencem e que passa por dois caminhos³⁶:

- o dos indivíduos que se tornam cidadãos plenos;
- o da sociedade que permite e acolhe a cidadania.

A integração, segundo este autor, é um processo de interacção entre uma das partes e outras partes de um todo e com este todo, assumindo essa interacção episódios de

³⁶ Retirado de: AMARO, Roque; “A Exclusão Social Hoje”; Cadernos do ISTA, nº9

interdependência positiva (solidariedade), mas também de tensão e confronto (conflitualidade).

Nesse sentido, a integração (social) é o processo que viabiliza o acesso às oportunidades da sociedade a quem dele estava excluído, permitindo a retoma da relação interactiva entre uma célula (o indivíduo ou a família), que estava excluída, e o organismo (a sociedade) a que ela pertence, trazendo-lhe algo de próprio, de específico e de diferente, que o enriquece e mantendo a sua individualidade e especificidade que a diferencia das outras células que compõem o organismo. (Roque Amaro, 2000).

Como duplo processo, já referido, a integração associa duas lógicas:

- a do indivíduo que passa a ter acesso às oportunidades da sociedade, podendo escolher se as utiliza ou não (em última análise, ninguém pode ser obrigado a sair da sua situação de exclusão social, apenas se podendo viabilizar e aumentar as possibilidades de escolha) – a este processo (se a opção for pela positiva) chamou-o **inserção na sociedade**;

- a da sociedade que se organiza de forma a abrir as suas oportunidades para todos, reforçando-as e tornando-as equitativas – a este processo chamou-o **inclusão**.

Inserção e inclusão são assim as duas faces de um processo (duplo) que é o da integração.

Ao nível dos factores de exclusão social³⁷, isto implica:

- remover ou, pelo menos, minimizar os factores macro³⁸ e meso³⁹ e, por outro lado, reforçar e maximizar as oportunidades permitidas pela sociedade, o que remete para o conceito de “inclusão” e de “**sociedade inclusiva**”;

³⁷Os **Factores de Exclusão Social** estão associados às dimensões da exclusão social, (o “não ser”, o “não estar”, o “não fazer”, o “não criar”, o “não saber” e/ou o “não ter”), ou seja, há factores ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais na origem das diversas formas de exclusão social.

³⁸ Os **factores de ordem macro** são de natureza estrutural, na sua grande maioria, e estão relacionados com o funcionamento global das sociedades: tipo de sistema económico, regras e imposições do sistema financeiro, modelo de desenvolvimento, estrutura e características das relações económicas internacionais, estratégias transnacionais, valores e princípios sociais e ambientais dominantes, paradigmas culturais, condicionantes do

- remover ou, pelo menos, minimizar os factores micro⁴⁰ e, sobretudo, promover as capacidades e competências individuais e familiares, o que faz apelo ao conceito de “inserção” e de “**empowerment**”.

Os factores macro e meso referem-se às oportunidades oferecidas (ou negadas) pela sociedade, enquanto os factores micro se centram nas capacidades e competências individuais e familiares.

Quanto ao conceito de **empowerment**, estamos a falar da promoção e reforço das capacidades e competências a 6 níveis:

- Competências do SER, ou seja competências pessoais: reforço de auto-estima e da dignidade, auto-reconhecimento, etc.;
- Competências do ESTAR, ou seja competências sociais e comunitárias: reactivação ou criação das redes e dos laços familiares, de vizinhança e sociais mais gerais, retoma ou desenvolvimento das interações sociais, etc.;
- Competências do FAZER, nomeadamente competências profissionais: qualificações profissionais, aprendizagem de tarefas socialmente úteis, partilha de saberes-fazer, etc.;
- Competências do CRIAR, ou seja o que podemos designar por competências empresariais: capacidade de sonhar e de concretizar alguns sonhos, assumindo riscos, protagonizando iniciativas, liderando projectos (mesmo os mais simples) de qualquer tipo, etc.;

sistema político, atitudes e comportamentos face à Natureza, modelos de comunicação e de informação, processos de globalização, etc.

³⁹Os **factores de ordem meso** são frequentemente de natureza estrutural, mas também podem resultar de incidências conjunturais. São normalmente de âmbito mais local, situando-se no quadro das relações e das condições de proximidade que regulam e interferem no quotidiano dos indivíduos. Podem ter origem em áreas tão diversas como: políticas autárquicas (se discriminatórias, no sentido negativo), características do mercado local de trabalho, modelos de funcionamento localizado dos organismos desconcentrados da Administração Pública, preconceitos sociais e culturais, normas e comportamentos locais, estratégias de exclusão de actores locais (incluindo as associações e outras organizações), etc.

⁴⁰ Os **factores de ordem micro** situam-se ao nível individual e familiar e dependem de lacunas e fragilidades experimentadas nos percursos pessoais, de capacidades frustradas ou não valorizadas, de incidências negativas, etc.

- Competências do SABER, ou seja competências informativas: escolarização, outras aprendizagens de saberes formais e informais, desenvolvimento de modelos de leitura da realidade e de capacidade crítica, fundamentação das decisões, etc.;
- Competências do TER, consubstanciadas no que se poderia apelidar de competências aquisitivas: acesso a um rendimento e sua tradução em poder de compra, capacidade de priorizar e escolher consumos, etc.

Os factores económicos, quer os que estão relacionados com o funcionamento global da sociedade (sistema económico e financeiro, modelo de desenvolvimento, relações económicas internacionais, etc.), quer os que actuam ao nível local (mercado local de trabalho, comportamentos e estratégias empresariais locais, políticas autárquicas com resultados de exclusão económica, etc.), quer os que caracterizam os percursos individuais e familiares (empregos ocupados, situações de desemprego, qualificações profissionais adquiridas ou ausentes, níveis de remunerações, capacidade aquisitiva, modelos de consumo, etc), podem ser decisivos na explicação de grande parte das situações de exclusão social, conseqüentemente também a dimensão económica da integração assume importância crucial, quer na perspectiva da inserção (processo assumido pelos indivíduos e famílias), quer na da inclusão (mudança da sociedade que reforça e abre as oportunidades que oferece aos seus membros, se torna mais democrática e equitativa e viabiliza a cidadania de forma generalizada). (Roque Amaro, 2000).

Esta última hipótese teórica é o modelo que vai ser adoptado neste estudo, para análise do papel das associações de imigrantes na integração dos descendentes de imigrantes, na medida que se pretende verificar em que medida as associações de imigrantes contribuem para uma sociedade inclusiva e de que forma contribuem para o “empowerment” dos descendentes de imigrantes, promovendo e reforçando as competências do Ser, Estar, Fazer, Criar, Saber e Ter, analisando assim os factores, as áreas e o impacto da intervenção das associações de imigrantes.

Capítulo 3 – Movimentos sociais e Processos de Mudança (Empreendedorismo social e empowerment)

Para compreender a capacidade que indivíduos e grupos têm de se integrar em determinado contexto e de lutar pelos seus direitos, é necessário analisar os Movimentos sociais e os Processos de Mudança – Empreendedorismo Social e empowerment.

3. 1. Movimentos sociais e criação de espaços de cidadania

Segundo Maurice Jackson, os movimentos sociais podem ser definidos “como a interação mais ou menos continua de seres humanos conscientes numa colectividade emergente organizada em torno de um objectivo”.

A integração e luta pela cidadania plena de grupos e de indivíduos passam muitas vezes pela organização de movimentos sociais.

A cidadania em sociedades democráticas está intimamente ligada à capacidade da sociedade assegurar o direito à participação de todos os grupos nela inseridos e, ao mesmo tempo, à capacidade dos grupos, em particular os minoritários, de exercer esse direito. Enquanto a cidadania plena não lhes é reconhecida, cabe-lhes a eles próprios agir para atingir esse objectivo. (Heisler, 1992)⁴¹.

Assim, verificamos que a criação de espaços de cidadania, que são as associações em geral e as associações de imigrantes em particular, as organizações não governamentais, ou outras organizações, permitem, por um lado, criar, e consolidar grupos distintos de imigrantes e, por outro lado, criar e consolidar direitos da prática social (Vertovec, 1999).

Além desses reconhecimentos básicos, é necessário também atentar no facto de que, numa sociedade onde as solidariedades sociais são cada vez mais necessárias, as organizações do terceiro sector podem responder a toda uma série de necessidades, de forma a complementar às empresas privadas ou públicas, para vivificar o tecido social. Neste domínio, a intensificação de redes de sociabilidade e a capacitação das instituições existentes podem mesmo constituir-se como oportunidade para se

⁴¹ HEISLER, Barbara; (1992); “The Future of Immigrant Incorporation: Which Models? Which Concepts?”; International Migration Review

garantirem os limiares mínimos de densidade relacional de que qualquer área necessita para sobreviver enquanto colectividade. Por outro lado, a visão integrada dos papéis de cada sector que integra a economia global é, aliás, importante como abordagem adequadamente ampla para o desenvolvimento económico em geral (Coutinho, 2003).

Um dos autores que estabeleceu novas bases para a interpretação dos movimentos sociais foi o sociólogo francês Alain Touraine. Touraine (1977), ainda na década de 70, define movimento social como “a acção conflituante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de acção histórica” entendendo por sistema de acção histórica um campo social e cultural que dá a direcção para o desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, os movimentos sociais definem-se pelo “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade” (1977).

Na óptica de Touraine (1989), os movimentos sociais podem ser definidos como acções colectivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural.

Para Melucci (2001)⁴², na actualidade os movimentos sociais são agentes centrais da renovação social, a sua acção contribui para a reflexão sobre a realidade concreta, seja por apontarem problemas vivenciados seja por produzirem novas agendas, tanto ao Estado quanto à sociedade civil. “Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida” (Melucci, 2001).

Assim, os movimentos, segundo Melucci (2001), influenciam a política na medida em que ampliam os seus limites, promovem modificações nas regras e procedimentos e incentivam novas formas de participação no interior das instituições. A sua influência pode ser percebida também na produção de novos modelos organizacionais, contribuindo como formadores de novas lideranças políticas para as instituições e organizações. Finalmente, os movimentos promovem mudanças na cultura e na moral, através da assimilação de novas linguagens e valores.

⁴² MELUCCI, Alberto (2001); “A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas”; Editora Vozes;

No caso desta investigação, é importante compreender os movimentos sociais ligados ao associativismo.

O Movimento Associativo é um produto social. Transforma-se com a evolução social, acompanha-a e participa activamente nessa transformação. Realiza-se tanto mais profundamente quanto mais tenha claros os objectivos da sua intervenção, o seu projecto próprio e o projecto de sociedade para que está orientado o conteúdo fundamental da sua acção. São muitos os autores que afirmam que o associativismo é uma forma de união de povos e/ou comunidades que procuram, de forma economicamente desinteressada, alcançar um objectivo, com uma personalidade jurídica própria, conferida, no nosso caso, pela lei portuguesa. O terceiro sector surge assim como um sector onde a produtividade está democraticamente ligada aos objectivos de eficácia social a que aspira atingir. As organizações de economia social são formas de cooperação e de competição ao pretender valorizar competências, no sentido de estimular a competição, com base na inovação e na eficiência dos processos de trabalho. Concorrem assim para uma globalização competitiva, solidária e sustentável (Coutinho, 2003).

Efectivamente, como refere Ferrão (2000), as organizações do terceiro sector surgiram para fazer face a necessidades não satisfeitas e para remediar insuficiências do modelo dominante. É aquilo a que alguns chamam a “condição necessidade” que combinada com a identidade colectiva (o sentimento de pertença a um mesmo grupo) explica a emergência das referidas organizações⁴³. As associações de imigrantes constituem espaços privilegiados de organização de pertenças culturais e comunitárias e de participação, nos quais as pessoas não são meras destinatárias, mas actores intervenientes na defesa dos seus direitos e na promoção de condições de bem-estar social. Elas são também as legítimas representantes da comunidade imigrante e os parceiros privilegiados na definição e execução das políticas de imigração (Albuquerque, 2000).

⁴³ Retirado de: COUTINHO, Maria Manuela; (2003); “Economia Social em Portugal – A emergência do terceiro sector na política social”; CPIHTS; Lisboa

3. 2. Processos para a Mudança – Empreendedorismo Social e Empowerment

3.2 a) Empreendedorismo Social

A designação empreendedorismo social é mais recente, datando sobretudo dos anos 90 do século XX. Poder-se-á afirmar que actualmente se encontra em emergência, em resultado, designadamente, do desenvolvimento da investigação sobre empresas sociais e sobre o Terceiro Sector. As associações de imigrantes e outras organizações não governamentais actuam como empreendedores sociais. O empreendedorismo social refere-se aos trabalhos realizados pelo empreendedor social, pessoa que reconhece problemas sociais e tenta utilizar ferramentas empreendedoras para resolvê-los. O empreendedor social visa a maximização do capital social existente para realizar iniciativas, programas e acções que permitam que uma comunidade, cidade ou região se desenvolvam de maneira sustentável. (Bornstein, 2005).

As organizações do terceiro sector, nomeadamente as associações de imigrantes, surgem como empreendedores sociais.

O empreendedor social é, por natureza, alguém preocupado com o desenvolvimento das relações de confiança e respeito com a comunidade, logo, com o desenvolvimento sustentável dessa comunidade, cidade ou região. Tendo ou não fins lucrativos, o principal objectivo passa por envolver as comunidades locais num conjunto de actividades, tendo em vista o seu bem-estar e a redução do risco de comportamentos lesivos particularmente em situações adversas (desemprego, privação, limitações de ordem física ou social, entre outras).⁴⁴

Os Empreendedores Sociais trabalham de forma a obterem mudanças em vez de as imporem, o que implica desenvolver as capacidades humanas em detrimento da criação de relações de dependência - promoção de *empowerment* (David Bornstein, 2007)

⁴⁴ António Rodrigues in: Revista Sustentabilidade nº18, BSCD Portugal, Março 2009

3.2 b) Empowerment

O movimento de *empowerment* é consequência de uma evolução nas concepções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos e de uma maior consciência dos mecanismos de discriminação e exclusão que se geram na sociedade. “O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana.” (Pinto, 2001)⁴⁵

Empowerment pode ser definido como “Um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania.” (Pinto, 2001)

O objectivo do *empowerment* é fortalecer, em direitos e em participação, pessoas, populações ou grupos sujeitos a discriminação e exclusão e, por outro lado, fiscalizar os poderes estatais e os grandes interesses económicos e lutar contra a opressão. Pretende favorecer a efectiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural e uma distribuição mais equitativa dos recursos. (Pinto, 2001) Na abordagem do *empowerment* o poder provém de várias fontes, sociais, económicas, políticas e culturais, e pode ser gerado e disseminado através das interacções sociais. (Pinto, 2001)

O processo de empowerment⁴⁶ exige tempo e oportunidades para exercitar capacidades e direitos e fazer uma aprendizagem de novas atitudes.

Segundo, Roque Amaro (2000), o empowerment é a promoção das capacidades e competências individuais e familiares, o que faz apelo ao conceito de inserção na sociedade.

Estes processos de mudança geradas pelo empreendedorismo social e pelo *empowerment*, processos que têm por objectivo a resolução de problemas sociais e que promovem a

⁴⁵ PINTO, Carla, 2001, “Empowerment, uma Prática de Serviço Social”, *Política Social* – Lisboa: ISCSP

⁴⁶ PINTO, Carla, 2001, “Empowerment, uma Prática de Serviço Social”, *Política Social* – Lisboa: ISCSP

participação das pessoas, organizações e comunidades na procura de respostas sustentáveis, surgem como abordagens inovadoras.

Os imigrantes e seus descendentes têm vindo a organizar-se em associações com o objectivo de proteger os seus direitos e interesses, fomentando, ainda que, que por vezes, de forma inconsciente, o empreendedorismo social e *empowerment* das comunidades.

**PARTE III – IMIGRANTES E SEUS
DESCENDENTES EM PORTUGAL –
ALGUNS ELEMENTOS DE
ENQUADRAMENTO**

***Capítulo 4 - Breve história da
Imigração em Portugal***

Capítulo 5 – Associativismo Imigrante

***Capítulo 6 – A situação dos
Descendentes de Imigrantes***

PARTE II – Imigrantes e seus descendentes em Portugal – Alguns elementos de enquadramento

Pretende-se nesta parte do estudo apresentar alguns elementos para o enquadramento sobre a imigração, a situação social dos descendentes de imigrantes e o associativismo imigrante.

Assim, a Parte III, deste estudo encontra-se subdivida em 3 capítulos:

O capítulo quarto reporta-se à história da imigração em Portugal, importante para contextualizar como as comunidades imigrantes vieram e vivem em Portugal; o quinto capítulo, tem como objectivo esclarecer como tem sido o processo de associativismo nas comunidades imigrantes nas últimas décadas e é intitulado “Associativismo Imigrante em Portugal”. E por fim, o sexto capítulo a “Situação dos descendentes de imigrantes”, que pretende dar alguns elementos sobre o contexto dos descendentes de imigrantes em Portugal.

Capítulo 4 – Breve História da Imigração

Para compreender a forma como cada sociedade acolhe os imigrantes e os seus descendentes é necessário perceber a história da Migração do país. Neste sentido, fazemos em seguida um breve enquadramento da história da imigração em Portugal.

Foram várias as correntes migratórias para Portugal, inicialmente oriundas dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, principalmente de Cabo-verde, Guiné e Angola), verificando-se nos últimos anos, uma corrente migratória oriunda do Brasil e outra da Europa de Leste. Estes últimos suplantam hoje, quantitativamente, os imigrantes africanos, outrora o maior contingente migratório, entre os quais os cabo-verdianos, que foram os mais expressivos⁴⁷.

Com as alterações políticas, sociais e económicas de Abril de 1974 intensificaram-se os fluxos com origem nos PALOP, havendo uma clara associação da intensificação dos fluxos migratórios com as mudanças sociais nas áreas de partida. O repatriamento de

⁴⁷ Ver: ROCHA-TRINDADE, M. B.; (2001)”; «História da Imigração em Portugal (I) e (II)» in *JANUS 2001, Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)

portugueses das ex-colónias (cerca de meio milhão entre 1974 e 1975) e o início da imigração africana, com continuidade até hoje (através do desenvolvimento de redes migratórias), inauguram a transformação de Portugal em país de imigração, tendo-se esta desenvolvido e diversificado nas décadas seguintes.

Entre 1960 e 1980 a população residente cresceu 12% e a estrangeira residente 313%.

Mais especificamente nos anos 80 e 90, a imigração intensificou-se e diversificou-se. Entre 1980 e 1999, a população estrangeira com autorização de residência em Portugal passou de 58 mil para 191 mil indivíduos⁴⁸. Os fluxos de origem africana desenvolveram-se de modo continuado, a imigração europeia reanimou-se e assistiu-se à aceleração da imigração brasileira bem como ao lento mas progressivo crescimento da imigração asiática.

Em 1990, as nacionalidades mais representadas eram a cabo-verdiana (27%), a brasileira (11%), a britânica (8%), a espanhola (7%) e a norte-americana (6%). Em 1999, cabo-verdianos e brasileiros mantêm-se no topo da lista, mas passam a figurar outros países africanos entre os cinco primeiros (Angola e Guiné-Bissau) (Rocha-Trindade, 2001).

A maioria dos imigrantes, passados 3 a 5 anos da sua permanência em Portugal, fazem também chegar os seus familiares – mulheres e filhos, irmãos e pais.

Com a vinda dos seus cônjuges, com filhos ainda crianças e do nascimento de outros já em Portugal – vindo a ser criados e educados já no contexto sociocultural da sociedade de instalação e pelas instituições socioeducativas -, tende a tornar a instalação destes permanente e, conseqüentemente, o projecto de retorno destes imigrantes fica assim definitivamente adiado. (Machado, 1994).

A partir de 1999, começou-se a moldar um tipo de imigração diferente e em massa proveniente da Europa de Leste, surgindo repentinamente no país.

Em 2003, a imigração em massa proveniente do leste europeu estagnou e passou a ser de fluxo mais ténue, surgindo assim a imigração mais significativa de brasileiros e asiáticos de várias origens (nomeadamente indianos e chineses).

⁴⁸ De acordo com estatísticas do SEF e do INE (estatísticas demográficas), compiladas em Pires (2003).

Existem ainda pequenos núcleos de imigrantes provenientes da América Latina e do Norte de África.

Embora muitos imigrantes dos PALOP e seus descendentes já tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, em Dezembro de 2005 os cidadãos dos PALOP representavam 48,3% dos estrangeiros documentados registados nos distritos de Lisboa e de Setúbal. Os brasileiros ocupavam a segunda posição, com um peso de 14,7%; os Europeus de Leste, com 12,2%, situavam-se em quarto lugar, imediatamente após os cidadãos da União Europeia. Entre os restantes grupos são de destacar os asiáticos, em especial os chineses, indianos e paquistaneses (Pires, 2005)

Actualmente, contamos já com a presença da 1ª geração e da 2ª geração de descendentes dos imigrantes, na sua maioria filhos e netos da primeira vaga de imigração proveniente dos PALOP, principalmente de Cabo-verde (Machado, 2002).

Capítulo 5 – O Associativismo Imigrante em Portugal

São quase uma centena as Associações de Imigrantes actualmente reconhecidas pelo ACIDI e que representam diferentes países de origem: Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné Conakri, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Ucrânia, Moldávia, Roménia, Rússia, China e Filipinas, entre outros.

Espalhadas um pouco por todo o país, desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, as actividades de tempos livres, os eventos culturais e recreativos, o apoio jurídico, as aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países, as iniciativas de sensibilização e informação dirigidas à sociedade portuguesa, as acções de intervenção política no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação e também os projectos de desenvolvimento nos países de origem⁴⁹.

Conforme a evolução dos objectivos e a natureza das actividades associativas imigrantes, estas desempenham dois tipos de funções: «por um lado, trata-se da conservação, difusão e afirmação dos padrões da cultura de que os imigrantes são portadores; e, por outro lado, da promoção de estratégias de actuação visando a sua inserção e integração na sociedade receptora⁵⁰». Ainda ajudam as instituições do país a desenvolver políticas mais ajustadas às reais necessidades dos imigrantes, incitando ao diálogo com as representações comunitárias com vista a uma integração adequada. (Albuquerque, R , 2000).

Em Portugal, a legislação que regulamenta as associações de imigrantes tem tido várias modificações nas últimas décadas.

É em 1999 que a lei 115/99 aprova, em Portugal, o regime jurídico das associações de imigrantes que existiam desde os anos 70 acompanhando o fluxo de africanos das antigas colónias portuguesas. Esta fase caracteriza-se pela existência de associações

⁴⁹ Ver: www.acidi.gov.pt

⁵⁰ Ver: ALBUQUERQUE, Rossana; Outros; (2000); “O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal”; Celta Editora, Oeiras

informais sobretudo na área metropolitana de Lisboa e que se ocupam do apoio à integração dos imigrantes e à sua instalação em Portugal (Albuquerque et al., 2001). É nos anos 90 que se assiste ao aumento do número das associações e a um aumento também da sua intervenção como intermediárias na integração socioeconómica dos imigrantes. De uma associação, entre 1970 e 1980 (Casa de Cabo Verde), passou-se para 10 em 1990 e para 78 associações em 1996 (apenas uma não africana, a Casa do Brasil) a que se juntam 10 associações de estudantes africanos (idem). O impulso maior inicia-se a partir da década de 90, quando com os novos fluxos migratórios as associações alcançam o reconhecimento formal, quer no domínio socioeconómico, quer cultural e político-legal, assumindo o papel de interlocutor do Estado. (Albuquerque, R. 2000).

A visibilidade do associativismo migrante em Portugal aumenta e ganha importância no contexto do aumento do fluxo migratório de imigrantes africanos na ocasião do Acordo de Schengen em 1991 e do Tratado de Maastricht em 1992, assente no controlo dos fluxos ilegais, de forma a permitir uma melhor integração para as comunidades que já existem (Dias de Sousa 2003; Albuquerque, R.2001)⁵¹.

Desde 1999, o reconhecimento de representatividade é atribuído ao ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, precedido de parecer do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), às associações que o requeiram e demonstrem reunir os requisitos necessários.

As associações imigrantes representativas têm o direito de participar na definição das medidas concretizadoras do Programa do Governo em matéria de imigração e beneficiam do direito de antena nos serviços públicos de rádio e televisão, nos mesmos termos das associações profissionais, bem como de apoios financeiros, acompanhamento e avaliação por parte do Estado, nomeadamente do ACIDI.⁵²

Nos últimos anos, têm vindo a surgir Plataformas inter- organizacionais. Esta nova dinâmica transversal ao associativismo migrante e a diversas outras estruturas da

⁵¹ Retirado de: ALBUQUERQUE, R., FERREIRA, L. VIEGAS, T. (2001), O associativismo dos imigrantes em Portugal, Janus 2001

⁵² Informações retiradas no Decreto Lei n.º 75/2000 de 9 de Maio

sociedade civil tem constituído uma voz defensora e interlocutora na relação imigrantes/sociedade de acolhimento.

O regime jurídico das associações de imigrantes, consagrado pela Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, constitui as associações de imigrantes enquanto parceiros privilegiados dos poderes públicos em termos de definição e implementação de políticas de imigração e de integração socioeconómica dos imigrantes. De notar que só a partir de 1996, com a criação do cargo de Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, é que as comunidades imigrantes passaram a ter, do lado do Estado, um interlocutor político que não o serviço responsável pelo controlo policial das fronteiras.

Entidade responsável pelo reconhecimento das associações de imigrantes, o ACIME, actual ACIDI, concede a estas associações apoio técnico, de ordem designadamente jurídica, e apoio financeiro anual ou pontual, conforme opção das próprias associações.⁵³

⁵³ Ver: ALMEIDA, André; (2004) "O impacto da Imigração nas Sociedades da Europa – Um estudo para a rede europeia das migrações: O caso Português"; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna; Lisboa

Capítulo 6 – A situação dos Descendentes de Imigrantes

6.1 Algumas reflexões de delimitação e problematização

A integração dos descendentes de imigrantes é uma questão bastante falada, tanto na comunicação social, nos meios académicos e/ou nas estruturas sócio-políticas de luta contra exclusão social. Mas para compreender melhor esse processo é preciso aferir quais as respostas já existentes para a integração social dos descendentes de imigrantes e conhecer melhor as características destes.

Um sólido argumento da necessidade de conhecer melhor este grupo de indivíduos é já apontado por Alejandro Portes que defende: “A longo prazo, o carácter da adaptação de minorias estrangeiras não se afere pelo destino da primeira geração mas da segunda. Os imigrantes de primeira geração orientam-se constantemente para os seus países de origem e a eles regressam em muitos casos. O seu ponto de referência consiste nos salários e condições de vida deixados para trás. Os seus filhos, contudo, orientam-se para o país receptor do qual são cidadãos legais ou, pelo menos, membros sociais. Os resultados finais do processo de adaptação (...) ocorrem a partir da segunda geração.” (Portes, 1999).

A designação de 2ª geração de imigrantes, tem sido regularmente utilizada para se referir à primeira geração de descendentes de imigrantes, mesmo Alejandro Portes, cujos contributos neste domínio são internacionalmente reconhecidos, não deixa de utilizar a expressão “segunda geração”, como se pode verificar no parágrafo anterior.

Segundo Mahado (2001) as noções de “segunda geração de imigrantes” ou “imigrantes de segunda geração” podem ser criticadas por transportarem consigo um entendimento pouco criterioso do conceito de geração. É certo que entre os imigrantes e os seus filhos, tal como entre quaisquer jovens e os respectivos pais e mães, há descontinuidades intergeracionais de cultura e relações sociais, no entanto, estes jovens não são imigrantes, eles mesmos, não têm um trajecto imigrante e muitos nem conhecem o país de origem dos seus pais. Estes jovens são socializados no quadro da cultura de acolhimento pelo que a sua cultura é produto do meio onde estes se movimentam, seja a escola, os media, o contexto residencial e as redes de sociabilidade juvenis. Ainda que

no contexto familiar exista uma reprodução da cultura de origem, esta não representa o todo homogêneo vivido pelos seus conterrâneos no país de origem (Machado, 2001).

E ainda assim, segundo Bourdieu, referido por Machado (2001), “não significa que os filhos de imigrantes, de uma mesma classe de idade, constituam necessariamente uma geração, no sentido de grupo social partilhando amplamente práticas e identidades. A formação de uma consciência de geração entre jovens filhos de imigrantes – como entre quaisquer outras categorias de jovens –, depende de circunstâncias históricas específicas”.

A identidade é outro factor que é importante reflectir quando falamos de descendentes de imigrantes.

A questão da identidade dos descendentes revela, por um lado, a posição de ombreira em que os filhos de imigrantes se encontram, crescendo aparentemente entre a cultura dos pais e a da sociedade de acolhimento e, por outro, o rumo que acabam assumindo, identificando-se com ou afastando-se de, em maior ou menor grau, uma ou outra matriz. (Machado, 2002).

Segundo Machado (2002), “...mesmo nos casos em que essas comunidades se formam, em que há uma certa reprodução das estruturas familiares, dos modos de vida e dos sistemas de valores, facilitada pela concentração residencial, ou seja, nos casos em que a etnicidade tem forte expressão social, cultural e política, há sempre socialização externa, cruzada, a partir dos contactos a vários níveis com a cultura receptora, com culturas de outras minorias e com elementos culturais “cosmopolitas” e descontextualizados, veiculados por outras fontes de socialização.”

Sendo assim, os descendentes de imigrantes, enquanto seres “fronteiriços de nascimento”(Portes 2002), acabam por transportar em si próprios pertenças diversas, ou até contraditórias, colocando-se na linha de fronteira étnica, religiosa ou outra, que separa o imigrante da sociedade de acolhimento.

Por isso, confrontam-se com a necessidade de se definirem a si próprios tanto “em relação a múltiplos grupos de referência (às vezes em dois países e em duas línguas)” como no que diz respeito “às classificações a que são submetidos pelos colegas nativos,

escolas, a comunidade étnica e a sociedade em geral ou mais vasta” (Portes e Rumbaut 2001).

Machado (2006), refere mesmo que os jovens filhos de imigrantes, ainda que não rejeitem a sua cultura de origem, estão muitas vezes culturalmente mais próximos dos jovens portugueses de idêntica condição social do que dos seus próprios pais.⁵⁴

O meio, condição social e a família são factores determinantes para a consolidação da identidade. Como refere Portes (1999) “crescer no seio de uma família de origem imigrante foi, desde sempre, um difícil processo de conciliação da língua e das orientações culturais de pais nascidos no estrangeiro com as solicitações para a assimilação da sociedade de acolhimento”.

Mas tal como refere Maalouf (2002) “A identidade não se compartimenta, não se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas”.

Para uma melhor análise da integração é necessário perceber o número de descendentes de imigrantes em Portugal.

Definir o número de descendentes de imigrantes tem as suas limitações estatísticas, devido que estes não se categorizam em nenhum grupo em específico no que respeita a documentação, já que não são imigrantes, ainda que muitos dos quais possuíssem a nacionalidade dos pais “*jus sanguinis*” e muitos outros possuem a nacionalidade portuguesa. A nova lei da Nacionalidade, aprovada dia 16 de Fevereiro de 2006, veio reforçar o “*jus soli*” como critério de atribuição da nacionalidade e por isso existe actualmente um número superior de descendentes de imigrantes com nacionalidade portuguesa. Assim sendo, é muitas vezes difícil a contagem do número de descendentes em Portugal.

No entanto podemos ter em consideração alguns dados que são indicadores do número de descendentes de imigrantes em Portugal:

⁵⁴ Ver: MACHADO, Fernando; MATIAS, Ana; “Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica”; CIES e-WORKING PAPER N° 13/2006

- No primeiro ano após a alteração da Lei da Nacionalidade⁵⁵ em que a principal alteração foi o reforço do “*jus soli*” como critério de atribuição e aquisição da nacionalidade, foram deferidos favoravelmente 14.446 pedidos de nacionalidade portuguesa.⁵⁶

- Outro indicador do número de descendentes em Portugal é o número de nados-vivos. Em 2001, do total de nados-vivos ocorridos em Portugal 8% (8605) eram filhos de pai e/ou de mãe de nacionalidade estrangeira. (M.Rosa; H.Seabra, 2003).

A frequência escolar de grupos culturais/outras nacionalidades surge como outro indicador do número de descendentes de imigrantes em Portugal.

O relatório do Eurydice⁵⁷ (Organização da Comissão Europeia), que analisa o sistema educativo e integração das crianças imigrantes/descendentes de imigrantes de 30 países da Europa, concluiu que no ano lectivo 1999/2000 em Portugal estavam 89 540 alunos de grupos culturais/outras nacionalidades integrados no sistema de ensino.

⁵⁵ A Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (alterada pela Lei n.º25/94, de 19 de Agosto), relativa à aquisição de nacionalidade portuguesa, introduz o sistema *jus sanguini* em Portugal. Assim sendo, a nacionalidade deixaria de ser concedida a qualquer indivíduo, independentemente da sua ascendência, desde que nascesse em solo Português (*jus soli*), para se destinar exclusivamente aos filhos de cidadãos nacionais. Neste sentido, um elevado número de filhos de imigrantes em Portugal tinha a nacionalidade de seus pais, podendo, ainda assim, optar pela cidadania Portuguesa, caso os seus progenitores residissem legalmente em Portugal há mais de seis anos à data do seu nascimento.

Pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, foram introduzidas alterações à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade) que modificaram substancialmente os regimes da atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa. Neste contexto, e revertendo como um importante factor de combate à exclusão social, pela nova lei é atribuída a nacionalidade portuguesa de origem aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores tiver nascido em Portugal e neste país tiver residência, independentemente do título, ao tempo do nascimento do filho, bem como aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores resida em Portugal legalmente há, pelo menos, cinco anos.

⁵⁶ Retirado de: www.nacionalidade.sef.pt

⁵⁷ Eurydice é uma rede institucional que colige, actualiza e difunde informação fiável e comparada sobre as políticas e os sistemas educativos europeus, nomeadamente estudos e análises sobre temas específicos, bem como indicadores e estatísticas

Muitos dos descendentes de imigrantes encontram-se inseridos nestes grupos, ainda que não seja possível identificar o número exacto, devido as dificuldades já apresentadas.

Obstante dos números apresentados, a nacionalidade que os descendentes de imigrantes possuem, tem tido grande impacto no que diz respeito a afirmação da sua identidade, a igualdade de oportunidades, bem como na definição do número de descendentes de imigrantes.

6.2 Alguns elementos sociais determinantes para a integração

“O acesso aos bens sociais, designadamente à educação, à saúde, à segurança/acção social e à habitação, é indicador fundamental na análise da integração e inclusão social dos imigrantes, na medida que permite avaliar o acesso destes bens hoje generalizadamente considerados como elementos básicos e constituintes da própria cidadania, bem como a atenção e o enfoque que têm as políticas públicas, designadamente sociais (...).”(Almeida, 2004) ⁵⁸

Relativamente no acesso à educação, o ano lectivo de 1999/2000, encontravam-se matriculados no ensino básico e secundário, 59.363 alunos pertencentes a outras nacionalidades e/ou grupos culturais, o que representa cerca de 3,6% da população escolar naqueles níveis de ensino. Esta percentagem é mais elevada no ensino básico [4%] que no ensino secundário [2,3%], fruto, entre outros aspectos, de uma particular incidência de insucesso e abandono escolar neste grupo de alunos. De entre as proveniências, naquele ano lectivo, os PALOPs⁵⁹ representavam 59,7% dos alunos pertencentes a outras nacionalidades e/ou grupos culturais, a União Europeia, excepto Portugal, 18%, outros países, onde se inclui todo o Leste Europeu, 14,4%, e o Brasil

⁵⁸ ALMEIDA, André (Coord); (2004); “O impacto da Imigração nas Sociedades da Europa – Um estudo para a rede europeia das migrações: O caso Português”; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna; Lisboa

⁵⁹ A impossibilidade de distinção, nestas estatísticas, entre nacionalidade e grupo étnico/cultural, deverá sobrestimar o número de estrangeiros matriculados, visto que muitos dos estudantes incluídos nos dados já têm nacionalidade Portuguesa, nomeadamente os provenientes dos PALOPs, já que a segunda geração desta comunidade tem um número elevado de cidadãos Portugueses.

5,2%⁶⁰. Esta distribuição reflecte, por um lado a composição da população imigrante à altura⁶¹, por outro a diferente estrutura dos agregados familiares imigrantes residentes em Portugal, quer em virtude da respectiva fecundidade, quer em virtude das práticas de reagrupamento familiar⁶².

O domínio da língua portuguesa apresenta-se como factor chave de sucesso escolar e de integração social. Em 2000, no sistema escolar português, existiam 19.435 alunos que se identificaram, ou pelo menos os professores assim o consideraram, como não sendo a língua portuguesa a sua língua materna, espelhando um mosaico de 93 línguas de origem, independentemente da respectiva nacionalidade. Em termos de domínio da língua portuguesa, 1,5% destes alunos não entendia nada, 28,4% não tinha entendimento satisfatório que possibilitasse o prosseguimento de estudos ou a abordagem de outras disciplinas e 70,1%, regra geral provenientes de comunidades oriundas dos PALOPs, apresentava conhecimentos satisfatórios. (Almeida, 2004).

Almeida (2004), refere no seu estudo sobre migrações que “as taxas de abandono e de desistência são marcadamente elevadas para a generalidade das comunidades estrangeiras, especialmente nas com origem nos PALOPs, com especial incidência no caso do ensino secundário, onde cerca de um terço dos estudantes filhos de progenitores estrangeiros desiste a meio do ano lectivo”.

No que refere à habitação, muitos imigrantes e seus descendentes, vivem em bairros de habitação social ou bairros degradados. Nestes bairros, os problemas ligados ao tipo de habitação (degradação, má insonorização, falta de gestão de espaço comum, etc) juntam-se aos problemas sociais: desemprego, pobreza, delinquência, etc.

O padrão geográfico de implantação dos imigrantes em Portugal apresenta também uma forte polarização nas aglomerações urbanas mais importantes, com particular destaque

⁶⁰ Fonte: Departamento de Avaliação e Planeamento do Ministério da Educação (DAPP) – Retirado em ALMEIDA, André(Coord); (2004); “O impacto da Imigração nas Sociedades da Europa – Um estudo para a rede europeia das migrações: O caso Português”; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna; Lisboa

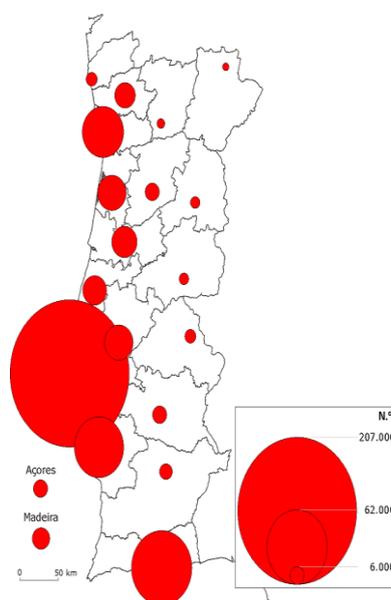
⁶¹ Actualmente, o grupo de países Europeus de Leste deverá ter uma percentagem total mais elevada.

⁶² Ver: ALMEIDA, André(Coord); (2004); “O impacto da Imigração nas Sociedades da Europa – Um estudo para a rede europeia das migrações: O caso Português”; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna; Lisboa, pág. 30, 31

para a Área Metropolitana de Lisboa. Segundo o Recenseamento da População de 2001, residiam nesta região 55,5% do total de cidadãos estrangeiros recenseados em Portugal, o que equivale a 4,7 % dos habitantes da aglomeração urbana da Capital (Fonseca, L, 2003)⁶³.

À medida que estas correntes migratórias se foram consolidando, os mecanismos de *networking*⁶⁴, produziram concentrações de imigrantes com a mesma origem geográfica.(Fonseca, L, 2003)

Figura 3 – Stock de população estrangeira em 2005 (soma das autorizações de residência a 31 de Dezembro de 2005 e das autorizações de permanência concedidas entre 2001 e 2004)⁶⁵



⁶³ Ver: FONSECA, Maria Lucinda; (2003);“Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas”; CEG – Universidade de Lisboa; Lisboa

⁶⁴ Networking ou Rede social é uma das formas de representação dos relacionamentos afectivos ou profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos. Mais especificamente Rede Social Primária ou Informal: São redes de relações entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes, relações semiformalizadas que dão origem a quase grupos (WARREN,op,cit,p.168).Ela é formada por todas as relações que as pessoas estabelecem durante a vida quotidiana, que pode ser composta por familiares, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, organizações etc. as redes de relacionamento começam na infância e contribuem para a formação das identidades.

⁶⁵ Mapa retirado de: FONSECA, Maria Lucinda; “Inserção Territorial – Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Políticas Locais de Atracção”; Centro de Estudos Geográficos/Departamento de Geografia; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Estes bairros têm sido geradores ou pelo menos intensificadores da criação de associações locais e associações de imigrantes que, fruto do sentido comunitário destas populações, foram despontando um pouco por toda a parte, consubstanciando uma vontade colectiva de procura comunitária de melhores condições de vida e de promoção identitária. (Fonseca, L, 2003).

Devido aos imigrantes e seus descendentes serem provenientes de meios económicos mais desfavorecidos, muitos são beneficiários do ASE (Atribuição do Subsídio Escolar), quando estão em contexto escolar e do RSI (Rendimento Social de Inserção).

As condições sócio-económicas são factor importante para a estruturação das famílias.

A localização das respectivas famílias na “estrutura de classes” (Wright, 1997) ou no “espaço social das classes” (Bourdieu, 1979) condiciona os destinos sociais dos jovens, a começar pelas suas modalidades de transição para a vida adulta.

O grau em que a incerteza afecta cada jovem e a forma como cada um consegue gerir a complexidade ou, pelo contrário, fica enredado nela, dependem muito da condição de classe das famílias e do montante e tipo de recursos que elas põem à disposição dos filhos (Machado, 2006).

6.3 Modalidades de participação e representação

O associativismo surge como uma das formas de participação dos DI na sociedade portuguesa. Rossana (2001), refere que a maioria dos jovens, filhos de imigrantes dos PALOP, cada vez mais procura organizar-se em associações culturais, recreativas, de bairro, com vista por um lado a uma auto-afirmação de identidade do país de origem, mas igualmente de uma identidade portuguesa – serem africanos e portugueses ao mesmo tempo.⁶⁶

As associações de jovens têm a particularidade de não estarem organizadas com base numa origem étnica única mas serem multiculturais, ao contrário de grande parte das associações de imigrantes.

⁶⁶ Ver em: <http://www.inde.pt/partnet/Textos/DocRosanaAlbuquer-pt.pdf>

Como refere Rossana (2001), o impulso da participação dos jovens nas associações justifica-se pela vontade de contrariar as imagens de violência, desenraizamento e insucesso escolar que sobressaia na sociedade relativamente aos jovens descendentes de imigrantes.

A evolução destas associações em Portugal conheceu um momento importante em meados da década de 90 com o aparecimento de uma série de associações juvenis.

Estas associações foram formadas por jovens que já participavam em associações existentes, tendo muitos deles, beneficiado de projectos de formação na área da animação ou mediação sociocultural.

Os descendentes de imigrantes não são uma realidade homogénea, mas a sua mobilização em torno dos espaços associativos permite-lhes discutir, entre pares, problemas comuns a partir de modos de sentir que são próprios de uma geração. (Rossana,2001).

Em relação a representação dos descendentes de imigrantes em centros de decisão, esta não é significativa, mas no entanto verifica-se algum esforço deste grupo, em alterar esta realidade. São de exemplo, alguns encontros, seminários e colóquios organizados, como o Cólóquio Parlamentar “ 2ª e 3ª gerações”- realizado em Maio 2008 na Assembleia da República, ou o “Fórum Nacional de jovens descendentes de imigrantes e da diáspora africana”, que decorreu em Março de 2009, organizado pelo Conselho Nacional da Juventude.

É também exemplo, a participação de alguns jovens descendentes de imigrantes em listas para as eleições autárquicas de Outubro de 2009, bem como a presença de um candidato descendente de imigrante à presidência da Câmara Municipal da Amadora, um dos concelhos com maior densidade populacional imigrante, ainda que pouco significativo, é reflexo que existe alguns movimentos com o intuito de fazer com que haja maior representatividade dos descendentes de imigrantes nos centros de decisão.

PARTE III – ESTUDO DE CASOS

Capítulo 7 - Opções Metodológicas

Capítulo 8 – Critérios de escolha das Associações e Indivíduos entrevistados

Capítulo 9 – Limitações do Estudo

Capítulo 7 - Opções Metodológicas

Dados os objectivos a metodologia adoptada teve que ser essencialmente qualitativa, recorrendo a várias técnicas de análise e recolha de informação, nomeadamente a análise documental e as entrevistas semi-estruturadas.

Em relação às entrevistas semi-estruturadas, o tratamento utilizado foi a análise de conteúdo, organizando as respostas por categorias de análise e sistematizando em quadros que se apresentam em anexo.

As entrevistas semi-estruturadas são aquelas que combinam em um mesmo questionário perguntas abertas e fechadas, com as quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, através da aplicação de um conjunto de questões previamente definidas, mas em um contexto semelhante ao de uma conversa informal.

Foi delineada uma estratégia de investigação baseada em dois eixos convergentes. Por um lado, a realização de entrevistas semi-estruturadas aos representantes legais (membros da direcção) das associações imigrantes, enquanto mediadoras institucionais para a integração social, e por outro, entrevistas dirigidas aos destinatários alvo das intervenções, ou seja, os descendentes de imigrantes.

Foi escolhida a entrevista semi-estruturada permite um maior grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos e permitiu um tratamento quantitativo dos dados e uma análise comparativa.

A técnica escolhida para o tratamento das entrevistas foi a Análise de conteúdo. Esta abordagem tem por objectivo efectuar deduções lógicas e justificadas, das entrevistas realizadas.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2008)⁶⁷.

⁶⁷ Ver: BARDIN, Laurence(2008); "Análise de Conteúdo"; Edições 70

Capítulo 8 - Critérios de escolha das Associações e Indivíduos entrevistados

Dado que é na Área Metropolitana de Lisboa que o movimento associativo atinge uma maior dinâmica, resultado directo da concentração geográfica das populações de origem imigrante nesta região, as associações analisadas serão naturalmente desta região do país. Existem 74 Associações de Imigrantes na Região da Grande Lisboa, de um total de 107 associações a nível nacional.

No que diz respeito às associações, neste estudo pretende-se fazer a análise de 8 Associações de Imigrantes, reconhecidas pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, que estejam nos 4 concelhos com maior comunidade imigrante: Amadora, Lisboa, Loures e Sintra. Pretende-se analisar duas associações de imigrantes por concelho.

Para melhor análise da actuação das associações de imigrantes e sobre o processo de integração dos descendentes de imigrantes, foram entrevistados igualmente 8 descendentes de imigrantes ligados às associações em estudo ou oriundos do mesmo território de intervenção.

Associação de Imigrantes

Na Região da Grande Lisboa, existem 74 Associações de Imigrantes reconhecidas pelo ACIDI, sendo que 55 destas, estão nos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures e Sintra⁶⁸. A escolha das associações foi feita em cascata. As associações tinham que ter trabalho realizado com descendentes de imigrantes e preocupações explícitas na área da integração dos DI. A primeira foi sugerida pelo seu trabalho já desenvolvido e reconhecido nesta área. Posteriormente, as associações entrevistadas seguintes tiveram que recomendar mais duas associações a entrevistar.

⁶⁸ Fonte da informação: www.acidi.gov.pt

As oito Associações de Imigrantes analisadas foram:

Quadro nº1: Designação das Associações de Imigrantes Entrevistadas

Concelho	Associações de Imigrantes
Amadora	AJPAS – Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável
	Associação de Solidariedade Social do Alto cova da Moura
Lisboa	Grupo Teatro Oprimido de Lisboa
	AGUIPA - Associação Guineense e Povos Amigos
Loures	AMRT – Associação de Melhoramento e Recreativo do Talude
	Associação Sócio cultural da Quinta da Serra
Sintra	ACAS – Associação Luso Caboverdeana de Sintra
	Afrunido – Associação Sócio desportivo e cultural

Descendentes de Imigrantes

Foram entrevistados 8 jovens descendentes de imigrantes, os pré-requisitos necessários, para seleccionar os indivíduos eram:

- Ser filho/a de imigrantes e ter nascido em território português ou vindo para Portugal antes dos 5 anos de idade – São as características que identificam os indivíduos como sendo descendentes de imigrantes.
- Ter mais de 18 anos de idade – Nestas idades, o jovem adulto, já é maior de idade, normalmente, já ultrapassou conflitos característicos da adolescência, e normalmente já está inserido no mercado de trabalho, podendo analisar de outra forma o seu processo de integração.
- Ter participado ou trabalhado numa associação de imigrante em algum momento da sua vida – para avaliar o trabalho das associações de imigrantes é necessário que tenha conhecimento mínimo sobre a intervenção destas instituições.
- Serem sinalizados pelas associações de imigrantes entrevistadas.

Capítulo 9 – Limitações do Estudo

a) A investigação pretendia analisar o papel/contributo das associações de imigrantes na integração dos descendentes de imigrantes em geral, no entanto as associações e os descendentes de imigrantes entrevistados são todos pertencentes das comunidades imigrantes dos PALOP⁶⁹, dado que estes imigrantes são os que estão à mais tempo em Portugal e onde se verifica o maior número de descendentes, bem como de associações. Os pais dos descendentes de imigrantes entrevistados eram oriundos dos países: Cabo-verde, Guiné, Moçambique e de São Tomé. Este factor faz com que não seja possível generalizar os dados obtidos a todas as associações e comunidades imigrantes da Área Metropolitana de Lisboa, mas somente às associações e comunidades oriundas dos PALOP.

b) Foi solicitado às associações de imigrantes que seleccionassem um descendente de imigrante, que estivesse ligado à associação ou que fosse do mesmo território de acção, para a entrevista. Por esta razão, os descendentes de imigrantes escolhidos foram jovens com percursos de vida que as associações consideram de sucesso.

⁶⁹ PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PARTE IV – RESULTADOS

Capítulo 10 – Análise e discussão de resultados

Capítulo 10 – Análise e Discussão de Resultados

10.1 Associações de Imigrantes – Análise e discussão de Resultados

São apresentados em seguida os resultados obtidos nas entrevistas às associações de imigrantes. Estes resultados visam responder aos objectivos de investigação determinados na Introdução e que são:

- a) Quais áreas que as associações de imigrantes têm contribuído para a integração dos descendentes de imigrantes.
- b) Que impacto têm tido as acções das associações na integração dos descendentes de imigrantes.
- c) Quais os factores que as associações consideram determinantes para a integração dos descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa.

Assim sendo, os resultados serão apresentados enquadrados em cada objectivo específico delineado.

Serão apresentados alguns quadros e gráficos para melhor visualização dos resultados obtidos.

Para compreender melhor a intervenção das associações apresenta-se, o quadro seguinte, onde se pode observar os motivos, os objectivos e as fontes de financiamento⁷⁰ das associações.

⁷⁰ Fontes de Financiamento - Estado Central, diz respeito ao financiamento por parte do Estado, como por exemplo: ACIDI, Programa Escolhas, Segurança Social, entre outros; Estado Local, diz respeito ao financiamento por parte das autarquias; Fontes de rendimento próprio, diz respeito à prestação de serviços pelas associações; Fundos comunitários, diz respeito a fundos estruturais da União Europeia; Donativos, diz respeito a doação de dinheiro por parte de particulares ou instituições.

Quadro nº2 – Motivos da constituição, objectivos e financiamentos.

Nome da Associação	Motivos da constituição	Objectivos	Financiamentos
AJPAS	Foi criada trabalho no sentido de dar respostas aos problemas que as comunidades imigrantes na Amadora estavam a ter, principalmente devido à associação que tentou-se fazer com o VIH/Sida com comunidade africana.	Motivar os jovens para a promoção da saúde da comunidade Promover o espírito de voluntariado nos jovens; Fomentar e apoiar iniciativas de jovens; Estimular o intercâmbio entre culturas.	Fundos Comunitários; Estado Central; Estado local; Donativos; Fontes de rendimento próprios
Associação de Solidariedade do Alto Cova da Moura	Criar actividades de tempos livres e desportivas para os moradores do bairro.	Combater a pobreza e a exclusão social, promovendo o apoio a crianças e jovens, apoio à família e apoio à integração social e comunitária mediante a prestação de serviços	Fundos Comunitários; Estado Central; Estado local; Donativos;
GTO Lx	Foi criada formalmente um grupo de pessoas que queriam trabalhar a metodologia do teatro do oprimido em Lisboa e em Portugal	Estimular a participação activa e consciente dos cidadãos na construção da sociedade.	Estado Central; Estado local; Fontes de rendimento próprios
AGUIPA	Foi criada por um grupo de estudantes guineenses devido a integração dos estudantes, rapidamente alastrou a sua acção na integração social da comunidade imigrante	Integração do imigrante na área jurídica, social, educativa e social	Estado Central; Estado local;
AMRT	Foi criada para defender os interesses da população do Bairro do Talude, desempenhando o papel de interlocutor junto da Câmara Municipal de Loures e da Junta de Freguesia de Unhos	O apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; protecção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal; educação e formação profissional dos seus membros.	Fundos Comunitários; Estado Central; Estado local; Donativos; Fontes de rendimento próprios
Associação Sócio-Cultural da Quinta da Serra	Foi criada para defender os interesses da população do bairro da Quinta da Serra, principalmente na área da habitação	Defender os interesses da população da Quinta da Serra assim como desenvolver actividades diversas, de âmbito social, cultural e de formação com o objectivo de contribuir para a integração das pessoas aí residentes, oriundas principalmente dos PALOP's	Fundos Comunitários; Estado Central; Estado local; Donativos; Fontes de rendimento próprios
ACAS	Foi criada para resolver os problemas da comunidade; espaço de convívio da comunidade imigrante de Sintra	Intervenção comunitária caracterizada por uma atitude de prevenção a todas as formas de exclusão; promover o sucesso e a inclusão escolar, capacitação pessoal e profissional, sensibilizando os destinatários para uma maior interacção social e cultural, bem como, uma atitude positiva e participativa na sociedade	Estado Central; Estado local;
Afrunido	Criar um grupo desportivo da comunidade imigrante, mas logo surgiu necessidade de trabalhar a parte social	Promover o bem-estar social dos imigrantes e seus descendentes através do apoio à integração na sociedade de acolhimento a nível educacional, laboral, habitacional, legal e social, mantendo viva a ligação com a terra natal	Estado Central; Estado local;

Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas às Associações de Imigrantes na AML

Pode-se verificar que as motivações para constituição das associações eram bastante específicas e visavam responder a uma determinada necessidade, como por exemplo organizar actividades desportivas, resolver problemas relacionados com habitação ou com saúde.

Contudo, relativamente aos objectivos das associações são semelhantes e pretendem essencialmente a integração das comunidades a vários níveis e combater as diversas formas de exclusão social a que estão sujeitas as comunidades de imigrantes, desenvolvendo um leque variado de estratégias para concretizar os seus objectivos.

Relativamente aos financiamentos das actividades são principalmente provenientes do Estado Central: através do ACIDI, Programa Escolhas e Segurança Social e do Estado Local, através do apoio financeiro dado pelas autarquias.

Segundo, os entrevistados referem que os financiamentos são insuficientes e não são contínuos. Esta situação leva a que não se possa desenvolver as actividades com a qualidade desejada e põe muitas vezes em causa a sobrevivência das associações.

Estas dificuldades são descritas por todas as associações, é de exemplo, o testemunho do entrevistado da Associação T: *“O desenvolvimento das associações dá-se, mas é muito lento. É difícil garantir a subsistência das associações. É preciso pessoas a trabalhar a tempo inteiro que façam candidaturas, entre outras, a este nível não é possível ter apenas voluntários, isso pode resultar mas só no início”*.

a) Quais as áreas que as associações de imigrantes têm contribuído para a integração dos descendentes de imigrantes?

Em relação às áreas de acompanhamento foram analisadas as respostas nas áreas de: Educação, Emprego, Documentação, Habitação, Social, Saúde, Político, Cultural e Outros.

As associações de imigrantes analisadas, no geral, fazem diversas actividades, actuando em diferentes áreas para a integração da comunidade imigrante.

Quadro nº3 – Áreas de intervenção das Associações de Imigrantes.

	AMADORA		LISBOA		LOURES		SINTRA	
Dimensões	AJPAS	Associação da Cova da Moura	AGUIPA	GTO	AMRT	Associação Socio-cultural da Quinta da Serra	ACAS	Afrunido
Educação	Apoio escolar	Apoio escolar	Apoio escolar; Psicologia Escolar e Clínica	Formação; tomada de consciência através do teatro do Oprimido	Apoio escolar; ATL;	Apoio escolar, CID, ATL, formação parental, alfabetização de adultos.	Gabinete educativo; ligação escola/família	Apoio ao estudo; Encaminhamento para cursos de formação de adultos e para cursos de TIC; Conferências
Emprego	Apoio à procura de emprego				Apoio à procura de emprego	Formação complementar; Formação profissional; Apoio na procura de emprego	Gabinete de inserção profissional; Cursos EFA	
Documentação	Apoio na regularização de documentos	Apoio na regularização de documentos	Apoio Jurídico e na regularização de documentos		Apoio na regularização de documentos	Apoio na regularização de documentos	Apoio na regularização de documentos	Apoio na regularização de documentos
Habituação					Melhorar as condições de habitação (água, saneamento, luz, etc); Defesa dos direitos e representação dos habitantes junto de autarquias, juntas de freguesia e ministérios	Melhorar as condições de habitação (água, saneamento, luz, etc); Defesa dos direitos e representação dos habitantes junto de autarquias, juntas de freguesia e ministérios		
Social	Intervenção comunitária; banco alimentar; Creche	Creche	Distribuição de alimentos e calçado	Intervenção e empowerment comunitário	Apoiar as crianças e jovens e suas famílias; creche	Desenvolvimento comunitário e integração plena das pessoas; Creche familiar	Gabinete apoio psicossocial, que acompanha os jovens à CPCJ,	Gabinete social
Saúde	Promoção de saúde; Apoio domiciliário				Ações de promoção de saúde			
Político								Consciencialização da importância de exercer a cidadania através do voto
Cultural	Festas e convívios	Festas e convívios	Festas e convívios	Espectáculos - teatro	Momentos recreativos e culturais; intercâmbios	Intercâmbios, dança, vídeo e escultura, outros.	Actividades desportivas e lúdicas	Grupo de dança
Outras		Desporto			Espiritual (missa)		Desporto	Desporto

Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas às Associações de Imigrantes na AML

A associação GTO é a única especializada na técnica de Teatro do Oprimido, com o objectivo de fazer intervenção comunitária através da consciencialização das problemáticas vividas pelos destinatários. A AJPAS apesar de ter uma actuação bastante virada para as questões da área da Saúde, actua igualmente com diversas actividades em áreas diferentes;

As áreas onde se verifica que existe maior intervenção são as áreas de “Educação”, “Documentação” e área “Cultural”;

Todas as associações analisadas trabalham com os descendentes na área da “Educação”, dinamizando actividades como apoio escolar, ATL (Actividades de Tempos Livres), formação ou acções de sensibilização em diversos âmbitos;

Na área do “Emprego” metade das associações analisadas possuem gabinetes de apoio à procura de emprego e outra metade não trabalha nesta vertente;

Na área “Documentação”, exceptuando a Associação GTO, todas trabalham, dando o apoio para regularização dos documentos das crianças e jovens e suas famílias e apoiando na obtenção da nacionalidade portuguesa;

Na área da “Habitação”, apenas as associações sedeadas em Loures actuam nesta vertente, no sentido de organizar e representar as pessoas dos bairros e fazer a ponte, com a autarquia, juntas e ministérios para o melhoramento das condições de habitabilidade e negociação sobre o PER⁷¹;

Todas as associações consideraram que actuam na área “Social”, dado o carácter abrangente do conceito. Na sua maioria as actividades que referiram como intervenção nesta área foram a distribuição de alimentos e roupa e calçado, as creches, e a intervenção e *empowerment* comunitário (as acções de formação/sensibilização com o objectivo de capacitar as pessoas para intervenção);

Na área da “Saúde”, duas associações intervêm, dinamizando acções de prevenção em saúde, sendo que uma delas especializou-se nesta área, actuando tanto na vertente da prevenção como na vertente da prestação de cuidados de saúde;

Na área “Política”, apenas uma associação intervém, sensibilizando os imigrantes e seus descendentes sobre a importância de exercer a cidadania através do voto;

A área “Cultura” é transversal a todas as associações entrevistadas e desenvolvem diversas actividades como festas comemorativas, espectáculos, dança, teatro, vídeos, entre outros;

⁷¹ PER – Programa Especial de Realojamento

Em algumas das associações ainda são desenvolvidas outras acções como o desporto e uma desenvolve uma vertente mais espiritual (missas).

Constata-se que as associações de imigrantes têm investido a sua acção nas áreas de “Educação”, com actividades como o apoio escolar, actividades de tempos livres, formação e acções de sensibilização em diversos âmbitos, na Área da “Documentação”, ou apoio na regularização de situações de crianças e jovens indocumentados e suas famílias e no apoio na obtenção da nacionalidade portuguesa e na Área “Cultural”, com o desenvolvimento de actividades de carácter lúdico, dança, teatro, organização de festas comemorativas, convívios, espectáculos, entre outros.

Outras áreas como a “Saúde”, a “Habitação”, “Político”, também são desenvolvidas pelas associações, mas de uma forma menos sistemática e dependendo da especificidade de actuação de cada associação.

b) Que impacto têm tido as associações na integração dos descendentes de imigrantes?

Para o estudo do impacto das associações na integração dos descendentes de imigrantes foram analisados as competências adquiridas ao nível das competências do Ser, ou seja competências pessoais, as competências do Estar, ou competências sociais e comunitárias, as competências do Fazer, ou competências profissionais, as competências do Criar, ou competências empresariais, as competências do Saber, ou competências informativas e as competências do Ter, ou competências aquisitivas. Estas competências exprimem as dimensões da exclusão social, já que para a promoção da integração, segundo o modelo teórico utilizado nesta investigação, é necessário promover e reforçar as capacidades e competências dos indivíduos a estes 6 níveis referidos.

As questões utilizadas para análise do impacto das associações de imigrantes na integração dos descendentes de imigrantes, a estes 6 níveis, foram:

- Resultados obtidos nas actividades
- Papel das associações na integração dos descendentes de imigrantes
- Impacto da associação na integração dos descendentes de imigrantes
- Avaliação das estratégias adoptadas para a integração dos imigrantes.

Quadro nº2 – Competências adquiridas pelos descendentes de imigrantes, segundo as respostas das associações de imigrantes.

Competências	Ser	Estar	Fazer	Criar	Saber	Ter
Resultados Obtidos	Aumento da auto-estima; maior integração da 3ª geração; melhoria do comportamento através de intercâmbios, visitas e convívios; os jovens já reconhecem as situações de injustiça e agora reivindicam; eles entenderam que precisamos de ser cidadãos informados; pensamento crítico;	Maior envolvimento e aderência a actividades propostas; Maior capacidade de gerir a frustração e o comportamento violento; Maior capacidade dos jovens para a relação com a sociedade de acolhimento; Famílias mais preocupadas e com maior actuação na educação dos seus filhos; Maior dinamização do bairro;	Aquisição de emprego	Maior capacidade para tratarem dos seus problemas; Maior capacidade dos jovens para a intervenção; Maior dinamização do bairro; Capacidades dos jovens criarem e dinamizarem grupos (ex.: associações, grupos de teatro, dança, outros).	Regresso à escola; Prevenção do abandono escolar; Aprendizagem do português na creche; Aumento do sucesso escolar; maior comunicação da escola e da família; os resultados são mais visíveis nas crianças que nos jovens	

Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas às Associações de Imigrantes na AML

As associações referiram que devido ao trabalho realizado verificam um aumento da auto-estima, melhoria do comportamento, maior conhecimento e pensamento crítico que evidenciam maiores competências a nível do Ser.

Ao nível do Estar, verifica-se os descendentes de imigrantes têm um maior envolvimento e aderência a actividades propostas, maior capacidade de gerir a frustração e o comportamento violento, maior capacidade para a relação com a sociedade de acolhimento e existe maior dinamização de actividades por parte dos jovens. Verifica-se igualmente que as famílias estão mais envolvidas na educação dos seus educandos.

Ao nível do Fazer, os resultados são a aquisição de emprego e ao nível do Criar, os resultados referidos pelas associações são: maior capacidade para tratarem dos seus problemas; maior capacidade dos jovens para a intervenção; maior dinamização do bairro; capacidade dos jovens criarem e dinamizarem grupos (ex.: associações, grupos de teatro, dança, outros).

Ao nível do Saber, os resultados são: o regresso à escola, a prevenção do abandono escolar; a aprendizagem do português na creche, o aumento do sucesso escolar, maior comunicação da escola e da família.

Ao nível das competências do Ter, as associações aparentemente não têm tido uma actuação no sentido de promover as competências aquisitivas dos descendentes de imigrantes.

As respostas referidas pelas associações permitem ainda verificar que tem existido maior intervenção em actividades que promovem as competências do Ser e as competências do Saber.

Ao nível das competências do Ser, cinco das oito associações entrevistadas referem que através de actividades como tertúlias, intercâmbios, visitas, convívios, treino de competências pessoais e num caso específico através do Teatro do Oprimido, têm obtido resultados como a melhoria no comportamento, maior pensamento crítico, um papel mais activo na sociedade por parte dos descendentes de imigrantes.

É de exemplo, o comentário do entrevistado da Associação O: *«Eles começam a desenvolver um raciocínio de respeito pelo outro e de pensamento crítico. A manifestação da violência é muito espontânea porque é o não saber como gerir a frustração “mandaram-me para a minha terra, mas sou de cá” os jovens referem que “dantes partia logo para a violência, agora penso e tento arranjar na minha cabeça uma forma de dar a volta sem partir para a violência”».*

Ao nível das competências do Estar, metade das associações referem que através das actividades que desenvolvem, verificam um maior envolvimento e aderência a actividades propostas, maior dinamização do bairro e verificam que os jovens descendentes de imigrantes sabem lidar melhor com o outro, gerindo as situações de violência.

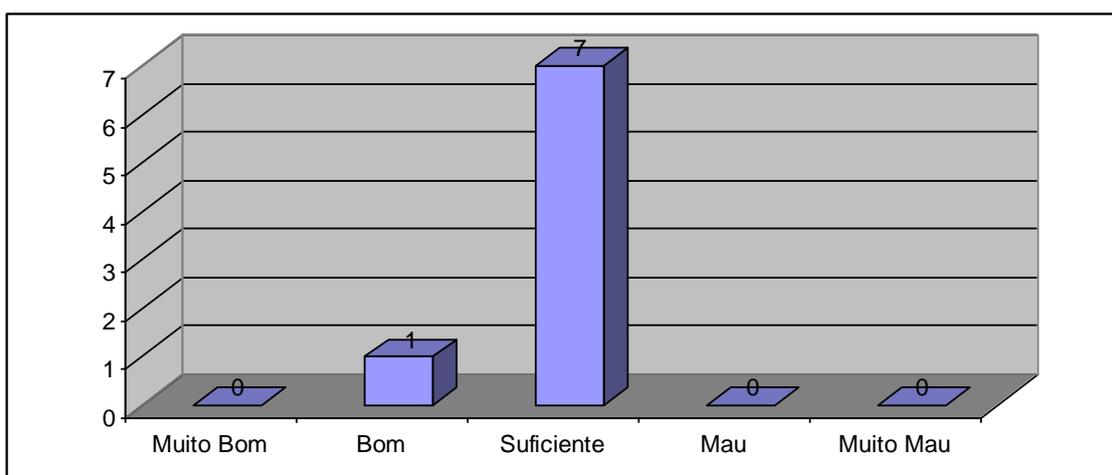
Ao nível das competências Fazer, a maioria das associações não trabalha no sentido de melhorar as competências profissionais dos destinatários.

Ao nível das competências do Criar, a maioria das associações refere que os jovens têm sido trabalhados no sentido de serem capazes de analisar e resolver os seus próprios problemas e tem se verificado maior capacitação dos descendentes de imigrantes para a relação com a sociedade de acolhimento e para a intervenção.

Todas as associações têm trabalhado ao nível da promoção das competências do Saber, referindo resultados como: a diminuição do abandono escolar, aumento do sucesso escolar, maior capacidade de análise crítica. Obtidos através de actividades como o apoio e de incentivo escolar, encaminhamento para formação profissional e dinamização de actividades de consciencialização como debates, conferências e no caso específico do GTO Lx através do Teatro do Oprimido.

Em relação à avaliação das associações sobre as estratégias por si adoptadas para a integração dos descendentes de imigrantes, pode-se verificar no gráfico abaixo os seguintes resultados:

Gráfico 1 – Que avaliação fazem das estratégias adoptadas na integração dos descendentes de imigrantes



Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas às Associações de Imigrantes na AML

As razões que as associações referem para avaliarem na sua maioria o impacto das estratégias adoptadas para a integração dos descendentes de imigrantes como Suficiente são:

- Poucos recursos financeiros, técnicos e logísticos para desenvolver para fazer um trabalho de excelência, apesar das estratégias aplicadas aparentemente serem adequadas;
- Pouca intervenção a nível das políticas de integração;
- As preocupações com a sobrevivência das associações sobrepõem aos objectivos de integração dos destinatários;
- O impacto é apenas local, falta capacitar os jovens para a participação em diferentes esferas da sociedade, principalmente a nível político;
- Falta de consciência política das associações para mudar as políticas de integração;
- O trabalho realizado é em grande parte voluntário, o que não permite desenvolver uma estratégia profissional.

“As estratégias não são novidades, a nível local as actividades seguem todas o mesmo tipo e estratégias, aparentemente parecem adequadas, mas se não existem recursos para aplicá-las”, refere o entrevistado da Associação A

Ou como refere o entrevistado da Associação T: *“Cada associação tem a sua realidade, o local determina também a forma de intervenção, o que penso é que falta o amadurecimento do movimento associativo, no sentido de trazer estes jovens para o movimento associativo e capacitar os jovens para a relação com a sociedade de acolhimento.”*

Com estas estratégias as associações têm tido resultados principalmente nas actividades que promovem o desenvolvimento das competências do Ser e do Saber. Têm obtido resultados como a melhoria no comportamento, maior pensamento crítico e um papel mais activo na sociedade, ou seja, um reforço das competências pessoais. E reforço nas competências informativas, através da verificação de resultados como a diminuição do abandono escolar, aumento do sucesso escolar, maior capacidade de análise crítica. Segundo os descendentes de imigrantes as associações têm contribuído mais nas competências pessoais, já que permitiu o seu crescimento pessoal e obter mais conhecimento de pessoas, diferentes realidades, culturas e informação.

O impacto destas estratégias tem sido Suficiente, na perspectiva das Associações de imigrantes e Muito Bom/Bom na perspectiva da maioria dos Descendentes de Imigrantes (ver dados no ponto 10.2).

As associações consideram o seu trabalho Suficiente, dado que apesar do trabalho desenvolvido, poderiam desenvolver mais trabalho e de uma forma mais sistemática e contínua se houvessem mais recursos financeiros, logísticos e humanos. A pouca intervenção das AI a nível das políticas de integração é outra razão para a avaliação dada. A também justificativa da avaliação, o facto do impacto das intervenções destinadas aos jovens DI terem um impacto apenas local, referindo que é necessário capacitá-los para uma participação em diferentes esferas da sociedade, principalmente política.

Já os descendentes de imigrantes na sua maioria, referem o trabalho das associações de imigrantes como Muito Bom/Bom, devido ao esforço feito por estas associações no acompanhamento em diversas vertentes das comunidades de imigrantes para a sua integração. (ver dados no ponto 10.2).

c) Quais os factores que as associações consideram determinantes para a integração dos descendentes na sociedade portuguesa?

Para a análise sobre os factores que as AI consideravam determinantes para a integração dos descendentes de imigrantes foi necessário utilizar as seguintes questões:

- Quais as razões/factores para a exclusão social dos descendentes de imigrantes.
- Quais as respostas necessárias para a integração dos descendentes de imigrantes

As respostas obtidas foram subdivididas em três factores: os factores Macro, os factores Meso e os factores Micro.

Quadro nº2 – Factores que as associações consideram determinantes para a integração dos descendentes de imigrantes.

	a) Factores Macro	b) Factores Meso	c) Factores Micro
Razões da exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Mau acolhimento dos imigrantes • Falta de apoios para as famílias e para as estruturas que apoiam as famílias; • Falta de recursos financeiros; • Dificuldade na regularização dos documentos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Serem de classe social e económica desfavorecida; • Contexto/local onde estão inseridos (bairro); • Preconceito racial; • Trabalho desenvolvido de forma pontual e não continuado devido aos financiamentos; • Ausência de laços de vizinhança; • Insucesso escolar; as escolas não estão preparadas para a diversidade e estigmatizam 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompanhamento familiar; • Destruturação familiar; • Desmotivação; • Falta de participação dos jovens; • Falta de consciência política.
Respostas possíveis para a integração	<ul style="list-style-type: none"> • Mudar as políticas de integração • Mais apoios para as famílias e para as estruturas que apoiam as famílias 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudar mentalidades; • Associar factores positivos conquistados pelos imigrantes e seus descendentes; • A integração tem que ser local, perto e tem que ser acompanhada; • Escola adaptada a crianças que provêm de meios sócio-economicamente desfavorecidos (creches, jardim de infância e apoio escolar) e culturalmente diversificados 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento especializado dos jovens. • Consciencialização dos problemas • Capacitação dos jovens para a intervenção

Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas às Associações de Imigrantes na AML

As associações referiram os factores que consideram que leva a exclusão social e deram respostas possíveis para a integração. Através destas respostas podemos retirar quais os factores determinantes para a integração dos imigrantes.

As associações consideram que:

Os factores macro, sinalizados foram: o mau acolhimento dos imigrantes, a falta de apoios das famílias e das estruturas que apoiam as famílias e a dificuldade de regularização dos documentos e como soluções propõem mudar as políticas de integração, existir mais apoios para as famílias e para as estruturas que apoiam as famílias;

“O problema principal que surgiu na altura era a falta de documentação, havia muita falta de informação; Os filhos estavam indocumentados e os pais diziam: Ah eles nasceram cá, são portugueses”, refere a entrevistada da Associação S

Os factores meso referenciados foram: serem de classe social e económica desfavorecida, o local onde estão inseridos (bairros ilegais/realojamento), o preconceito racial, o trabalho das associações ser desenvolvido de forma pontual e não continuada devido aos financiamentos, a ausência de laços de vizinhança, o insucesso escolar e as escolas não estarem preparadas para a diversidade e estigmatizarem e como soluções apresentam mudar mentalidades, associar os factores positivos conquistados pelos imigrantes e seus descendentes, intervenção local, de perto e acompanhada e escola adaptada a crianças que provêm de meios sócio-economicamente desfavorecidos (creches, jardim de infância e apoio escolar).

É de exemplo a Associação S: *“Os problemas que temos são os mesmos que temos com os jovens portugueses, o problema está numa determinada classe social. O problema está no contexto social onde estão integrados. O lugar onde se está é mais forte.”*

*O mais difícil é mudar as mentalidades, mas já esta a acontecer. É um percurso que esta a fazer-s;, associações activas, ambiente propicio à alteração das mentalidades; A sociedade tem que lembrar que o português pode ser preto, branco, chinês, havemos de chegar lá.”*Refere a entrevistada da Associação Q.

Os factores de ordem micro, referidos foram: falta de acompanhamento familiar, destruturação familiar, desmotivação, falta de participação dos jovens, falta de consciência política, e para solucionar estes problemas solucionaram, o acompanhamento especializado dos jovens, consciencialização dos problemas e a capacitação dos jovens para a intervenção.

É de referir o comentário do entrevistado da Associação F, que refere uma variada de factores que estão ligados entre si:

“Se o imigrante teve uma boa integração na sociedade portuguesa, então os filhos vão ter uma boa integração. Os pais estão a trabalhar para garantir a sobrevivência deles, o problema é as famílias estarem destruídas e não existirem respostas suficientes. O que os descendentes fazem nos períodos pós-lectivos? Porque são pobres, os pais não têm condições para garantir actividades para os filhos. E a maior parte das crianças que não estão em jardim-de-infância, são filhos de imigrantes, porque têm menos posses. Para a resposta privada, vai quem tem dinheiro e é de pequenino que se torce o pequenino. Quando vão para a escola, entram já em desvantagem.”

10.2 Descendentes de imigrantes – Análise e discussão de resultados

Estes resultados visam responder aos objectivos de investigação determinados na Introdução e que são:

- d) Quais os factores que os descendentes de imigrantes consideram como determinantes para a sua integração?
- e) Como perspectivam os descendentes de imigrantes as associações de imigrantes como facilitadores na sua integração

Estes descendentes de imigrantes entrevistados caracterizam-se por:

- Idade compreendida entre os 19 anos e os 32 anos e a média das idades situava-se nos 26 anos;
- Três indivíduos de sexo masculino e cinco de sexo feminino;
- Quatro destes descendentes de imigrantes de origem cabo-verdeana, dois de origem Guineense, um de origem Moçambicana e outro de origem Santomense;
- Quatro licenciados, um com ensino secundário completo, dois estudantes de ensino superior e um estudante do ensino secundário;
- Cinco dos entrevistados cresceram em bairros ilegais e/ou em bairros de realojamento;
- Quatro dos entrevistados tiveram sempre nacionalidade portuguesa, três obtiveram a nacionalidade portuguesa por naturalização e um possui nacionalidade caboverdeana;
- Dois dos entrevistados nasceram fora do território português e entraram em Portugal antes de completarem os 5 anos de idade.
- Sete dos entrevistados, os pais possuem ou frequentaram a escolaridade básica (até ao 4ºano) ou não possuem qualquer escolaridade. O outro caso os pais têm formação superior.
- Todos os entrevistados trabalham ou trabalharam em part-time, full-time ou regime de voluntariado nas associações de imigrantes deste estudo.

Os resultados obtidos e sua discussão estão enquadrados nos objectivos definidos.

d) Quais os factores que os descendentes de imigrantes consideram como determinantes para a sua integração?

Para compreender e responder a este objectivo de investigação foram formuladas as seguintes questões.

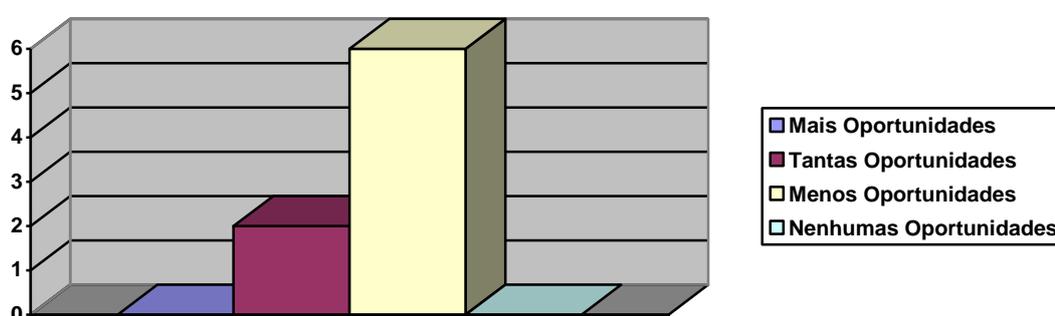
- Consideras que tens mais oportunidades, tantas oportunidades, menos oportunidades ou nenhuma oportunidades em comparação com os autóctones?
- Já sentiste algum obstáculo, por seres descendente de imigrantes?
- Achas que ser filho de imigrante influenciou as tuas escolhas?
- Identificas-te com a cultura portuguesa ou com a cultura de origem dos teus pais?
- O que é necessário para uma maior integração dos descendentes?

➤ Qual foi o factor que contribuiu para a tua integração?

Estas questões pretenderam, além de compreender os factores que os descendentes de imigrantes consideravam como determinantes para a sua integração, aferir se sentiam que estavam nas mesmas circunstâncias que os outros jovens autóctones.

Relativamente a questão “Consideras que tens mais oportunidades, tantas oportunidades, menos oportunidades ou nenhuma oportunidades em comparação com os autóctones?”, obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 1: Consideras que tens mais oportunidades, tantas oportunidades, menos oportunidades ou nenhuma oportunidades em comparação com os autóctones?



Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas a Descendentes de imigrantes na AML

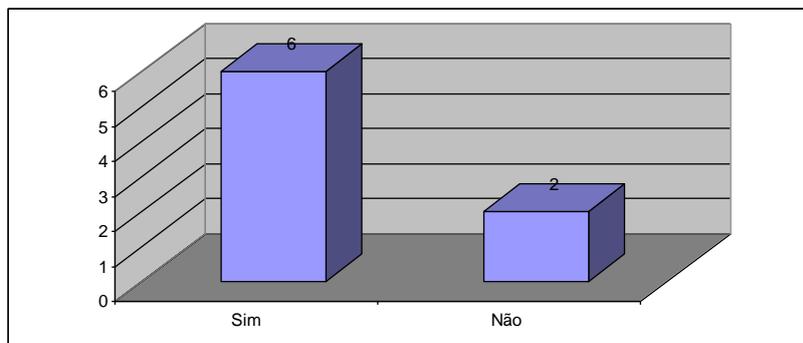
Seis dos entrevistados referiram que tinham “Menos Oportunidades que os Autóctones” e dois que tinham “Tantas Oportunidades como os Autóctones”. As razões mais apontadas para os que referiram que tinham “Menos Oportunidades” foram: a documentação, por não terem nacionalidade portuguesa, o preconceito racial e o local onde vivem (bairros ilegais e/ou de realojamento).

O entrevistado R refere: *“Por causa dos documentos, eu nasci cá como todos os portugueses, mas é muito difícil eu conseguir um documento português, (...) Falta de documentos, falta de oportunidades. É complicado porque são os documentos, é o bairro onde moras. Opa, os imigrantes vem para Portugal a solução que encontram mais rapidamente é viver no bairro. Se fossem viver noutra sítio em Lisboa, tudo seria diferente. O bairro tem um peso a má fama tem muito peso na sociedade.”*

Já o entrevistado B refere: *“Nos estudos, a expectativa dos professores é que não estaria a nível dos meus colegas. Mesmo se estivesse ao mesmo nível era tido como uma surpresa, aqui nota-se o entrave. A princípio a nível de documentação, não tendo documentos é o caos. Sem ter documento português é impensável, mas mesmo tendo documento português, a expectativa das pessoas é muito baixa.”*

Relativamente à questão “Já sentiste algum obstáculo, por seres descendente de imigrantes?”

Gráfico nº2 - Já sentiste algum obstáculo, por seres descendente de imigrantes?



Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas a Descendentes de imigrantes na AML

Dos oito entrevistados, seis referiram que já sentiram obstáculos e dois casos disseram que nunca sentiram. Os obstáculos referidos são no acesso ao emprego, no acesso modalidades desportivas, na dificuldade em viajar e discriminações na escola, sendo que apontaram como motivos directos a estes obstáculos o facto de serem negros, não terem nacionalidade portuguesa, viverem num bairro ilegal ou de realojamento e em dois dos casos pelo facto de serem mulheres.

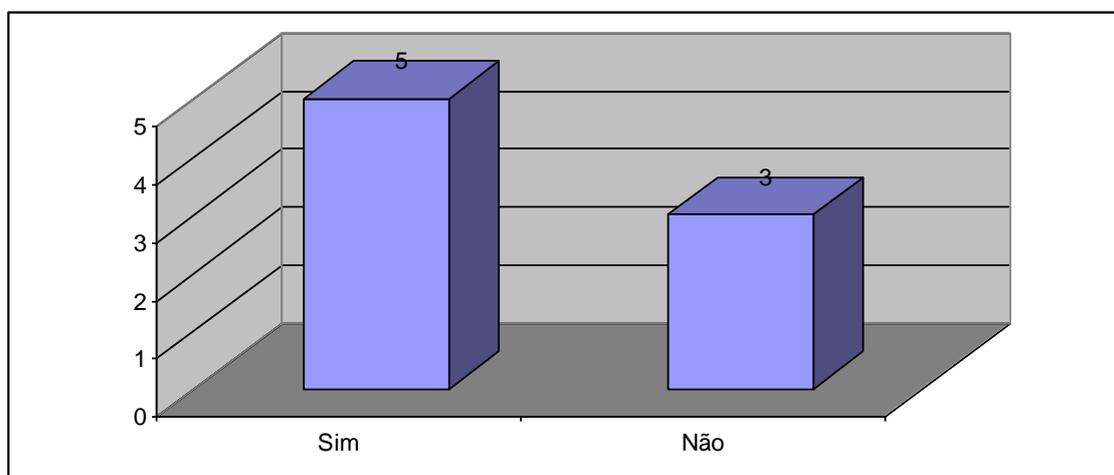
O entrevistado P refere: *“Eu creio que os obstáculos são sobretudo associados à questão da cor e não de quem sou filho, se os meus pais são ou não imigrantes. Já por muitas vezes senti que as pessoas avaliavam-me enquanto um potencial “ignorante” apenas pelo “teste” da cor, o que revela o nível de preconceitos e ignorância.”*

A entrevistada W refere: *“Obstáculos temos todos os dias. Não vou dizer que não sinto. A primeira vez que tentei arranjar trabalho o bloqueio foi a minha residência, Alto Cova da Moura”.*

No geral, os descendentes de imigrantes consideraram que têm tido menos oportunidades que os autóctones e que têm que ultrapassar diversos obstáculos para aceder às mesmas oportunidades. Contudo, os exemplos referidos de dificuldades não foram directamente ligados ao facto de serem filhos de imigrantes, mas ao facto de serem negros, de não terem documentos ou de viverem num bairro ilegal/realojamento.

Relativamente à questão «Achas que ser filho de imigrante influenciou as tuas escolhas?», obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 3 – Achas que ser filho de imigrante influenciou as tuas escolhas?



Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas a Descendentes de imigrantes na AML

Dos oito entrevistados, cinco referiram que ser filho de imigrante influenciou as suas escolhas e três referiram que não.

“Sim, muito. Foi por enfrentar mais obstáculos que tentei resolve-los, que tive que crescer mais, e tentei crescer enquanto pessoa, foi com base nas dificuldades que sou a pessoa que sou hoje, crescendo onde cresci, os problemas são redobrados. Todos esses factores tiveram grande preponderância naquilo que sou”, refere o entrevistado B.

Até nas respostas negativas, como do entrevistado D, podemos verificar que o facto de ser filho de imigrante influencia factores importantes da vida destes jovens.

“Não, não influenciou as minhas escolhas, mas sim a forma como expresso a minha arte⁷² penso que é diferente.

As respostas permitem verificar que devido às condicionantes a que estão sujeitos, o facto de ser DI, influencia maneira de agir e expressar dos indivíduos. Segundo alguns dos jovens entrevistados a profissão que exercem não foi escolhida por serem filhos de imigrantes, mas o percurso, a forma como fazem e actuam foi influenciado pelo facto de serem filhos de imigrantes.

Na questão “Identificaste com a cultura portuguesa ou com a cultura de origem dos teus pais?”

⁷² A entrevistada D pinta quadros como hobbie

As respostas demonstraram-se bastante ambíguas, mas no geral referiram que identificavam-se com as duas culturas, no entanto identificavam-se mais com uma ou com outra cultura, dependendo da experiência de vida de cada um.

Pode-se verificar esta ambivalência em comentários como: *“Em Portugal sou guineense mas quando vou para a Europa sou português, é o país que vou representar, em Portugal mesmo se eu dissesse que sou português as pessoas dizem-me sim, mas é de onde, mostram logo que eu sou de fora”*, refere o entrevistado B.

“Tenho as duas. Os meus colegas de cabo-verde dizem-me que eu não sou, porque nasci cá. Nasci cá mas sinto-me caboverdeana, porque tenho a educação dos dois, e hábitos de cá, sinto-me com as duas misturas”, refere entrevistada N.

“Acabas por te identificar mais com a Europa onde tens as necessidades todas satisfeitas. Em Portugal sinto-me portuguesa, na Guiné sinto-me guineense”, refere a entrevistada H.

A questão da identidade, ainda que ambígua, não é vista como um problema pelos descendentes dos imigrantes. Os “Outros”, sociedade de acolhimento e imigrantes é que problematizam e fazem pressão para que os descendentes escolham entre uma ou outra cultura. No entanto, os DI, segundo pode-se constatar, fazem parte de uma geração com uma neocultura, que é a simbiose da cultura de origem dos pais e a cultura do país de acolhimento.

Quando questionados «O que é necessário para uma maior integração dos descendentes?», as respostas mais frequentes foram:

- Tem que partir do indivíduo, têm que querer integrar-se
- Têm que haver um duplo movimento de integração do descendente e da sociedade
- Educação
- Terem documentos
- Terem mais consciência dos problemas
- Maior acompanhamento das crianças e jovens pela família e pela escola

Quando questionados «Qual foi o factor que contribuiu para a tua integração?»

Todos responderam em primeiro lugar a família devido ao suporte, apoio e motivação, e em seguida para quatro dos entrevistados a entrada na associação devido a ser factor para alargar horizontes e conhecimento.

“Reconheço o esforço da família, o próprio investimento que fiz na educação acaba por não ser apenas um investimento meu, mas um investimento familiar. A associação teve um grande peso, pelo facto de eu aperceber-me deste fenómeno.” diz o entrevistado B

A minha família foi a minha força. A minha avó sempre dizia-me: “Coragem, não é ter força para continuar, mas continuar quando já não tens forças”, cita o entrevistado C.

Segundo os entrevistados para que exista uma maior integração, é preciso que os DI queiram integrar-se na sociedade e que esta queira integrar os DI. A educação e maior consciência dos problemas vividos são factores importantes para o processo de inserção na sociedade. A obtenção de nacionalidade portuguesa ou documento legal é igualmente essencial para o acesso a determinados bens sociais. Admitem que também é necessário um maior acompanhamento crianças pela escola e pela família.

Este maior acompanhamento da família demonstrou-se fundamental para a integração dos descendentes de imigrantes que referem que a sua família foi factor principal para estarem integrados na sociedade.

As associações de imigrantes, segundo os descendentes de imigrantes, também tiveram um papel decisivo, mas porque consciencializaram para os problemas e para a necessidade de procurar as soluções.

e) Como perspectivam os descendentes de imigrantes as associações de imigrantes como facilitadores na sua integração

Para analisar o objectivo de investigação “Como perspectivam os descendentes de imigrantes as associações de imigrantes como facilitadores na sua integração”, foram feitas as seguintes questões:

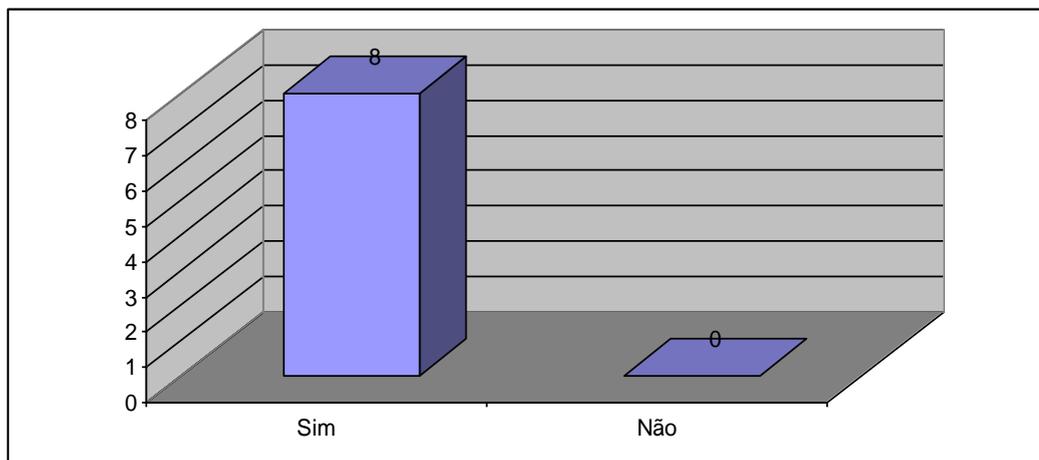
- Que importância teve esta associação no teu percurso?
- Consideras que as associações têm tido um papel importante na integração dos descendentes de imigrantes?
- Em que áreas que, na tua opinião, as associações de imigrantes mais têm dado apoio aos descendentes de imigrantes?
- Consideras o trabalho que tem sido desenvolvido pelas associações? (avaliação quantitativa e qualitativa)
- Consideras que o facto de ser associação de imigrante, conhece e intervêm melhor na integração dos imigrantes que outras instituições
- Em que aspectos devem as associações melhorar para que exista uma melhor integração dos descendentes de imigrantes

As respostas mais frequentes para a questão «Que importância teve esta associação no teu percurso?» foram:

- Crescimento pessoal;
- Crescimento profissional;
- Realização pessoal;
- Mais conhecimento de pessoas, diferentes realidades, culturas e informação.

Relativamente à questão: “Consideras que as associações têm tido um papel importante na integração dos descendentes de imigrantes?”

Gráfico nº4 – Consideras que as associações têm tido um papel importante na integração dos descendentes de imigrantes?



Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas a Descendentes de Imigrantes na AML

Todos os entrevistados consideram que as associações têm tido um papel importante para a integração dos descendentes de imigrantes, referindo as associações como espaço seguro para partilhar os problemas e momentos culturais, espaço de confiança para obter informação, instituição mediadora que faz a ligação com outras entidades da sociedade de acolhimento, barómetro dos problemas das comunidades imigrantes e local próximo de apoio e confiança.

As associações, segundo os dados, têm tido um importante papel na integração dos DI, no que diz respeito, ao crescimento pessoal e profissional, a um maior acesso a conhecimento e informação e realização pessoal, que se traduz num acréscimo de poder, ou seja de empowerment dos indivíduos.

Relativamente à questão “Em que áreas que, na tua opinião, as associações de imigrantes mais têm dado apoio aos descendentes de imigrantes?”, os entrevistados referiram que as áreas que consideram que as associações mais têm dado apoio aos descendentes são:

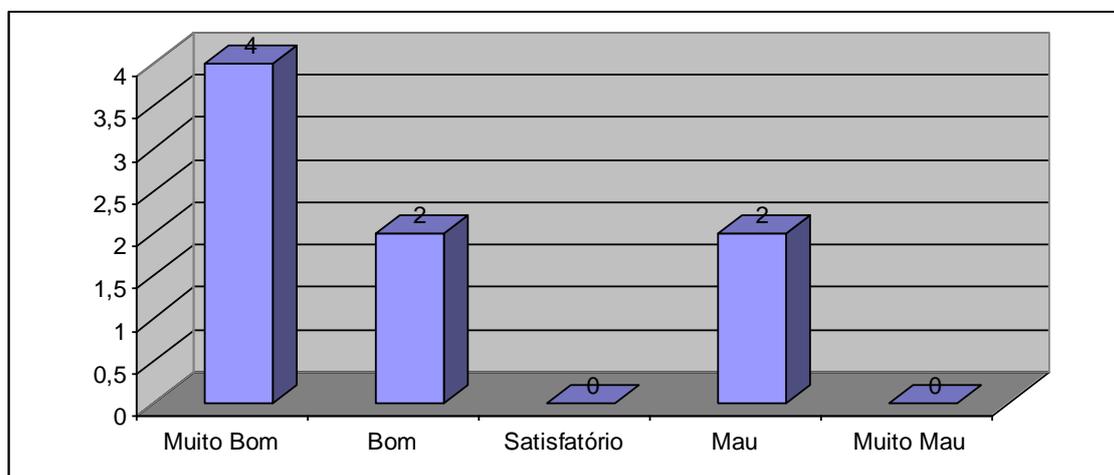
- Apoio na documentação;
- Ocupação dos tempos livres e;
- Apoio escolar.

Ainda que as associações tenham apresentado diversas e variadas actividades que desenvolvem, os descendentes de imigrantes foram incisivos e consensuais na

escolha das actividades que as AI mais têm dado apoio. Isto demonstra que estas devem ser as actividades que têm resultados mais positivos e mais visíveis.

Relativamente à avaliação do trabalho desenvolvido pelas associações:

Gráfico 5 - Consideras o trabalho que tem sido desenvolvido pelas associações? (avaliação qualitativa)



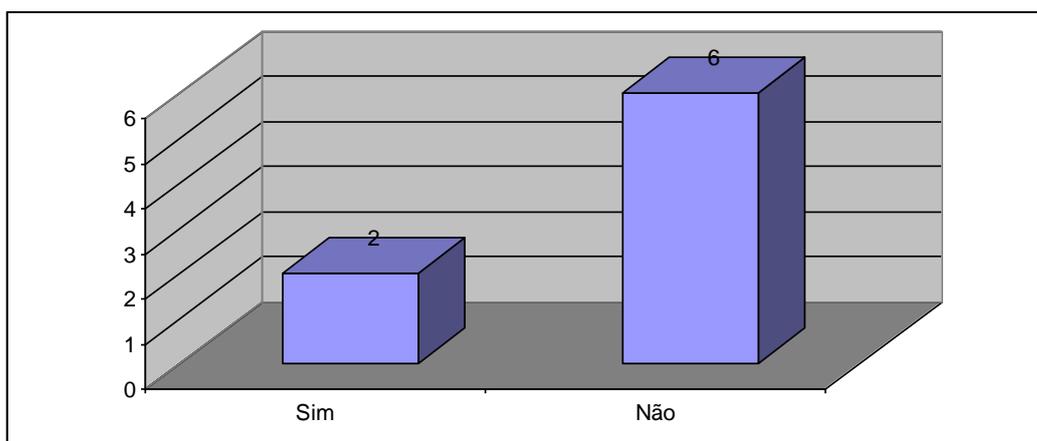
Fonte: Entrevistas realizadas a Descendentes de Imigrantes na AML

Quatro dos entrevistados referiram que as associações desenvolvem um trabalho Muito bom, dois referiram que desenvolvem um trabalho Bom e dois referiram que as associações desenvolvem um Mau trabalho. Os pontos fortes apontados foram: o facto das associações esforçarem-se para fazer um bom trabalho e actuarem em diferentes vertentes no sentido da integração das comunidades de imigrantes. Os pontos fracos apontados para o trabalho desenvolvido pelas associações foram: Terem poucos recursos para desenvolverem as actividades, falta de comunicação entre as associações de imigrantes, as associações estarem descoordenadas entre si e desfocalizadas dos problemas.

Apesar da maioria dos DI darem nota bastante positiva à intervenção das associações, as razões apontadas como negativas nas associações demonstram que existe alguma falta de organização interna, devido à falta de financiamentos e de avaliação de metodologias e estratégias e pouca coordenação e comunicação entre as associações.

Em relação à questão “Consideras que o facto de ser associação de imigrante, conhece e intervêm melhor na integração dos imigrantes que outras instituições?”, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 6 - Consideras que o facto de ser associação de imigrante, conhece e intervém melhor na integração dos imigrantes que outras instituições?



Fonte: Dados recolhidos nas entrevistas realizadas a Descendentes de Imigrantes na AML

Seis dos entrevistados responderam que não, na medida que consideram que outras instituições sem o estatuto de Associação de Imigrante também são capazes de dinamizar actividades dirigidas aos descendentes de imigrantes com bons resultados, no entanto referiram que as AI podem ter uma sensibilidade diferente que não implica necessariamente uma intervenção mais eficaz. Os que responderam que sim, argumentaram que por ser associação de imigrante têm maior conhecimento sobre a realidade e os problemas da comunidade imigrante, permitindo em consequência uma melhor intervenção.

Quando questionados «Em que aspectos devem as associações melhorar para que exista uma melhor integração dos descendentes de imigrantes?», as sugestões dadas pelos descendentes de imigrantes entrevistados foram:

- Maior participação e representatividade dos jovens nas associações, sobretudo a nível directivo;
- As associações estarem perto das populações e encontrar soluções adaptadas de acordo com as realidades e problemáticas que os rodeiam;
- Consciencializar as pessoas dos problemas que têm as comunidades de imigrantes;
- As associações já fazem bastante, agora depende se as pessoas querem ser integradas;
- As associações serem mais profissionalizadas e funcionar menos com o trabalho voluntário;
- As associações especializarem-se numa área e focarem nesse problema;
- As associações têm que entrar em diferentes esferas, na esfera política, como exemplo;
- Terem mais apoios e condições.

É unânime entre os descendentes de imigrantes que as associações têm tido um papel fundamental na sua integração, tendo uma avaliação bastante positiva do trabalho desenvolvido, contudo na sua maioria, referem que ser associação de imigrante não é premissa para tenham uma intervenção mais eficaz, mas podem ter uma sensibilidade diferente em relação aos seus problemas e realidades das comunidades imigrantes que outras instituições sociais. O contributo principal das associações na integração, segundo os descendentes de imigrantes, é a oportunidades que dão para conhecer diferentes realidades, experiências, culturas e pessoas, ter maior conhecimento e acesso a informação.

**PARTE V –
CONCLUSÕES**

Capítulo 11 – Conclusões

***Capítulo 12 – Pistas para
futuros estudos***

***Capítulo 13 – Sugestões de
medidas políticas***

Capítulo 11 – Conclusões

«Qual o papel/ contributo das associações de imigrantes na integração dos descendentes de imigrantes na Região da Grande Lisboa?»

A importância da integração social das comunidades imigrantes dita a forma como as sociedades desta era global vão interagir e promover a coesão social. As associações de imigrantes são uma das respostas possíveis para contribuir para a integração dos filhos de imigrantes, que pertencem à geração que efectivamente revela e é indicador da real integração das comunidades imigrantes.

As associações de imigrantes têm contribuído para a integração dos descendentes de imigrantes principalmente, através de estratégias ligadas à Educação, como o apoio escolar, actividades de tempos livres e dinamização de formações e acções de sensibilização, obtendo resultados como maior sucesso escolar, prevenção do abandono escolar e maior motivação para as aprendizagens; no Apoio na Regularização de documentos, com resultados como maior acesso a oportunidades que estão condicionadas aos residentes legais e a quem tenha nacionalidade portuguesa, como maior facilidade em comprar habitação própria ou em arranjar emprego. E a nível Cultural, organizando festas, convívios e intercâmbios, com resultados como maior consciência cívica, maior participação e conhecimento de diferentes realidades e culturas e maior acesso a informação.

Existe intervenção em outros domínios como a Saúde, o Desporto, a Política e a Habitação, mas com um carácter não continuado ou ligado à especificidade da actuação da associação.

Neste sentido, a maior contribuição das associações para a integração tem sido na dimensão do Ser, ou seja, da personalidade, da auto-estima e reconhecimento individual e na dimensão do Saber, ou seja no acesso à informação e formação e na capacidade crítica face à sociedade e ao meio envolvente.

Esta contribuição reflecte em termos práticos um maior *empowerment* dos destinatários dessas associações. A maior capacidade de análise crítica, de participação e intervenção dos descendentes de imigrantes é fundamental para encontrar mecanismos mais sustentáveis de integração social. O descendente de imigrante deixa de um papel de

mero espectador e passa a ser responsável pela mudança dos mecanismos que bloqueiam a sua integração na sociedade.

Promover as capacidades humanas, não é apenas dar mais poder ou mais capacidade de participação, mas garantir um Desenvolvimento Humano mais sustentável, dado que as capacidades básicas para que se verifique desenvolvimento são viver uma vida longa e saudável, ser educado, ter um padrão decente de vida e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade.

A exclusão social representa uma fractura entre o indivíduo e a sociedade, levando a quebra na unidade social. A pobreza e a exclusão social surgem associadas ao aparecimento de “classes perigosas” ou “marginais” que para a garantia da estabilidade e normalidade sociais, é preciso precaver, promovendo medidas que fomentem a igualdade de oportunidades.

A desigualdade de oportunidades manifesta-se em vários domínios, no caso dos descendentes de imigrantes que pertencem a classe económica baixa, verifica-se no seu percurso escolar, no acesso à habitação, saúde e emprego, passando pela adversidade que os preconceitos e estereótipos constroem.

Sendo multidimensional, a exclusão social resulta da acção conjugada de um conjunto de factores. Para lutar contra este conjunto de factores, as associações de imigrantes surgem como uma das possíveis intervenientes.

A comunidade imigrante, que está mais ciente dos problemas que acarreta a sua própria comunidade, encontrou assim forma de participar e contribuir para a vida colectiva dos imigrantes e seus descendentes e da sociedade de acolhimento, pois investir na igualdade de oportunidades e diminuição das situações de exclusão social é investir no Desenvolvimento Humano de Portugal.

Os factores de exclusão social dos descendentes de imigrantes são diversos e estão associados entre si. Os factores macro, ou factores de natureza estrutural, sinalizados são: o mau acolhimento dos imigrantes, na medida que o sucesso da integração dos filhos de imigrantes depende da integração dos imigrantes; as dificuldades económicas, tanto das famílias, como das estruturas que apoiam as famílias, como as associações de imigrantes e a dificuldade na regularização de documentos.

Os factores meso, de natureza estrutural, de âmbito local apontados, são: o preconceito racial, principalmente na escola e no acesso ao emprego; as famílias pertencerem a classe social e económica desfavorecida e os financiamentos às instituições de apoio serem pontuais e descontinuados.

Os factores micro, que se situam a nível individual e familiar prendem-se com a falta de acompanhamento familiar, destruturação das famílias, desmotivação individual, falta de participação e consciência política.

As associações têm tido um contributo positivo na redução dos factores micro, já que se centram no desenvolvimento de capacidades e competências dos descendentes de imigrantes. No entanto, é também necessário desenvolver acções direccionadas para alteração dos factores macro e meso, relacionados com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Ou seja, a nível macro, existe pouco trabalho das associações de imigrantes, no que diz respeito a actividades que tenham por objectivo alterar as políticas de integração e acolhimento dos imigrantes e advogar pelos direitos das comunidades imigrantes e a nível meso, existe um trabalho pouco significativo e sustentado com as escolas, no sentido de alterar preconceitos, estigmas e motivações da sociedade em geral, tanto dos descendentes de imigrantes e como dos outros.

A nacionalidade estrangeira, a cor da pele e o bairro onde vivem, foram os factores mais apontados pelos descendentes de imigrantes como factores para a desigualdade de oportunidades e não integração na sociedade.

As associações de imigrantes surgiram para fazer face às necessidades não satisfeitas e por isso devem se reinventar no sentido de dar soluções para a inclusão e inserção na sociedade, duas faces da mesma moeda, para que seja existam ganhos para os descendentes de imigrantes e suas famílias e para a sociedade. As associações imigrantes representativas, tem o direito de participar na definição das medidas concretizadoras do Programa do Governo em matéria de imigração e beneficiam do direito de antena nos serviços públicos de rádio e televisão nos mesmos e neste sentido devem fazer uso destes meios.

Para solucionar os problemas de integração dos descendentes de imigrantes, as associações estão conscientes do que deve ser alterado, já que fazem sugestões de

mudança, mas no entanto, o trabalho feito no âmbito dessas sugestões, tem sido diminuto.

O trabalho das associações tem sido bastante e muito diversificado, tentando abranger todas as dimensões onde se verifica exclusão social das comunidades de imigrantes, no entanto, esta metodologia tem em contrapartida o facto de se tornarem desfocalizadas e pouco eficazes na eliminação ou redução dos problemas, bem como no processo de avaliação das acções que tem sido pouco concreto e feito muitas vezes de forma empírica.

Verifica-se também que existe pouca cooperação entre as associações de imigrantes, e algum espírito de competição.

O trabalho é desenvolvido a um nível local e de ordem micro é a razão pela qual as associações avaliam o seu trabalho como Suficiente, já que estas estratégias têm resultados a longo prazo e são menos visíveis.

Contudo, os descendentes de imigrantes entrevistados reconhecem que as associações de imigrantes têm tido um papel muito importante na sua integração, já que proporcionam maior conhecimento de diferentes realidades e perspectivas e acesso a mais informação e formação, no entanto referem que o que foi determinante para a sua integração foi o apoio da família.

É por isso, que também é preciso que as associações de imigrantes desenvolvam mais actividades direccionadas para as famílias, já que a família revelou ser o factor fundamental para a integração dos jovens, com mesmas dificuldades sócio-económicas.

É de referir que todos os factores estão de alguma forma relacionados com razões económicas, sendo que encontram-se mais problemas de integração social nos jovens provenientes de condições sócio-económicas carenciadas, independentemente da origem dos pais, do que jovens de estrato social elevado ainda que estes possam ser descendentes de imigrantes.

A resolução dos problemas económicos, por si só também não solucionam todos os problemas de integração social, o desígnio é um maior desenvolvimento humano, que passa pelo aumento das escolhas e das oportunidades das pessoas e igualdade para todos as mulheres e homens.

Portanto, as associações de imigrantes enquanto empreendedoras sociais constituem-se como organizações que potenciam a participação e intervenção das comunidades imigrantes, não como meros destinatários, mas como pessoas activas no seu processo de melhoria das condições de bem-estar social e na defesa dos seus direitos.

O empreendedor social é, por natureza, alguém preocupado com o desenvolvimento das relações de confiança e respeito com a comunidade, logo, com o desenvolvimento sustentável dessa comunidade, o principal objectivo passa por envolver as comunidades locais num conjunto de actividades, tendo em vista o seu bem-estar e a redução do risco de comportamentos lesivos particularmente em situações adversas, assim sendo o empreendedorismo das associações de imigrantes reflecte-se principalmente como boa prática nas estratégias que promovem o *empowerment* das comunidades, já que o objectivo do *empowerment* é fortalecer, em direitos e em participação, pessoas, populações ou grupos sujeitos a discriminação e exclusão.

A integração pressupõe a delegação de poder; os excluídos ou grupos economicamente desfavorecidos devem ter necessariamente uma participação activa na sociedade. Esta é uma condição básica para se operar a integração. As políticas de combate à pobreza e exclusão assentam na noção de integração social, que é utilizada para designar «o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania».

A cidadania está intimamente ligada à capacidade da sociedade assegurar o direito à participação de todos os grupos nela inseridos e, ao mesmo tempo, à capacidade dos grupos, em particular os minoritários, de exercer esse direito.

A possibilidade das comunidades levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar o seu potencial criativo e contribuir para a vida colectiva, é o trabalho que está a ser desenvolvido pelas associações, mas é necessário que a sociedade de acolhimento esteja preparada para receber essas contribuições, indispensáveis à união social, pois a integração é feita por dois lados da mesma moeda, a inserção e a inclusão.

As desigualdades são notórias no modo como as políticas de protecção social, de habitação, de saúde e de equipamentos de apoio à família abrangem de modo diferenciado as diversas categorias do tecido social, deixando algumas delas menos protegidas ou desprotegidas de todo.

Quase sempre as condições de vida destas famílias imigrantes se reflectem na sua própria estrutura e na capacidade que possuem para proporcionar aos seus membros as condições de afecto e de apoio material a trajectórias minimamente bem sucedidas. A instabilidade e as poucas respostas para a inclusão, podem reforçar os mecanismos de exclusão e inibir fortemente as capacidades de interacção e participação social.

As associações de imigrantes têm vindo a evoluir de forma a dar instrumentos às comunidades para que estas sejam capazes de serem mais participativas e activas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda assim, é necessário intervir em outras frentes para que haja maior sensibilidade da sociedade de acolhimento e centros de decisão para as dificuldades que atravessam as comunidades imigrantes, em especial os descendentes de imigrantes, de forma a mudar, alterar e adaptar medidas e acções de maneira a termos uma sociedade mais inclusiva.

As sociedades mudam, transformam-se e evoluem, as descendências de imigrantes representam uma nova sociedade portuguesa, composta por portugueses com diferentes origens, credos, valores, cores e culturas. Esta diversidade pode e origina riqueza, mas é necessário aprender a trabalhar, conhecer e viver com o “Outro”, para que deixe de existir o “Eu” e o “Outro”, e passe a existir um “Nós”, com o “empowerment” necessário para que exista um verdadeiro Desenvolvimento Humano nas nossas sociedades multiculturais.

Capítulo 12 – Pistas para Estudos Futuros

Este estudo focou a sua abordagem no contributo que as associações de imigrantes têm na integração dos descendentes de imigrantes, no entanto existem outras estruturas que também contribuem para a integração das comunidades de imigrantes. Neste sentido seria uma mais valia investigar quais são as entidades que mais têm trabalhado para a integração destas comunidades, nomeadamente se são instituições particulares ou instituições públicas que mais têm investido.

Em termos de instituições públicas, a escola, é considerada como um dos grandes agentes de socialização. É importante analisar a forma como a escola têm acolhido e integrado as crianças e jovens de diferentes origens culturais, na medida que o sucesso escolar é um dos elementos preponderantes para a integração profissional e consequentemente para a integração social.

Como se verificou no estudo as associações de imigrantes têm tido um papel importante nos descendentes de imigrantes, no entanto as associações não conseguem abranger todos os descendentes de imigrantes que estão em situação sócio-económica desfavorecida ou em situação de exclusão social. Assim, surge igualmente como proposta para estudos futuros, compreender quais são os descendentes de imigrantes e que percentagem que as associações de imigrantes conseguem direccionar a sua intervenção.

Capítulo 13 – Sugestões para medidas políticas

Importa garantir aos imigrantes condições de remuneração equivalentes às dos trabalhadores portugueses de idêntica categoria, bem como a mesma segurança social, acesso à saúde, à habitação e ao ensino. A integração dos descendentes de imigrantes depende do sucesso de integração das suas famílias.

É necessário maior investimento na integração, através de medidas de apoio às famílias e às estruturas que apoiam as famílias e as crianças e jovens, nomeadamente importa garantir equipamentos sociais às classes desfavorecidas, tais como mais creches e jardins-de-infância e actividades de tempos livres e apoio escolar, através do maior

investimento de instituições que desenvolvam estas actividades, tal como o caso de algumas associações de imigrantes.

Importa garantir os direitos políticos, para que os imigrantes e seus descendentes possam participar e ter uma cidadania mais activa, nomeadamente no que diz respeito a uma maior representação das comunidades imigrantes nos centros de decisão.

Bibliografia

A

ALBUQUERQUE, R., FERREIRA, L. VIEGAS, T. (2001), “O associativismo dos imigrantes em Portugal”, Janus

ALBUQUERQUE, Rossana; Outros; (2000); “O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal”; Celta Editora, Oeiras

ALMEIDA, J. Ferreira de; PINTO, José M. (1990), “A investigação nas Ciências Sociais”, 4 ed., Lisboa: Presença.

ALMEIDA, J. Ferreira de e Outros (1992); “Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal”, Celta Editora, Oeiras.

AMARO, Roque. Coord. [et al]. (2003); “A luta contra a pobreza e a exclusão social; Bureau Internacional do Trabalho. Genebra.

AMBROSIO, G (2001); “Educação e Desenvolvimento – Contribuição para uma mudança reflexiva na Educação”; Instituto de Inovação Educacional

ALMEIDA, J. Ferreira de ; “Integração social e exclusão social. Algumas questões”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 123-4, 1993.

B

BORNSTEIN, David (2005); “Como mudar o mundo: empreendedorismo social e o poder de novas ideias”; Record

C

Cadernos de Estudos Africanos, nº4, Julho 2003; “Desenvolvimento e Saúde em África” Centro de Estudos Africanos; artigo Conceitos e Teorias do Desenvolvimento; ISCTE

COUTINHO, Maria Manuela; (2003); “Economia Social em Portugal – A emergência do terceiro sector na política social”; CPIHTS; Lisboa

CONTADOR, António Concorde, (1998) “Consciência de Geração e Etnicidade” in Sociologia- problemas e Práticas, n.º 26

CORREIA, Sofia; (2007); “Capital Social e Comunidade Cívica, o Circulo virtuoso da cidadania – Aplicação do Modelo de Putnam aos residentes do Bairro de Caselas”; Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP; Lisboa

COSTA, Alfredo Bruto da, (2005); “Exclusões Sociais”, Gradiva, Lisboa.

E

ESTIVILL, Jordi; (2003) “Panorama da Luta Contra a Exclusão Social – Conceitos e Estratégias”; Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

F

FERNANDES, A. Teixeira;(1991);"Formas e mecanismos de exclusão social", in Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre ; (1997); “A Nova Era das Desigualdades”, Celta Editora; Oeiras

FONSECA, Maria Lucinda (2007); “Inserção Territorial – Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Políticas Locais de Atracção. in Vitorino, António (Coord.). Imigração: Oportunidade ou Ameaça?”; Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração. Lisboa

FONSECA, Lucinda, et al. (Coord.); (2005), “*Reunificação familiar e imigração em Portugal*. Lisbon” Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Observatório da Imigração, 15

FONSECA, Maria Lucinda (2003) - "Atitudes e valores perante a imigração: notas sobre as representações da população portuguesa e dos imigrantes estabelecidos em Portugal" in Lages, M.; Policarpo, V. (Eds) - *Atitudes e valores perante a imigração*, Lisboa, Observatório da Emigração, ACIME.

FRANÇA, Luís de, (1992) “A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal”, Estarreja, Instituto de Estudo para o Desenvolvimento.

G

GARCIA, José Luís (Coord.); (2000); “Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa”; Celta Editora; Oeiras

GIDDENS, Anthony. (1999). O mundo na era da globalização. Editorial Presença, 3ª edição, Lisboa.

GIL, António C. (2002); “Como Elaborar Projectos de Pesquisa”, 4, ed., São Paulo: Atlas

GUERRA, Isabel, (2001); “Intervenções face à exclusão social urbana”, in Cidades, Comunidades e Territórios

GUERRA, Isabel, (2001) “Intervenções face à exclusão social urbana”, in Cidades, Comunidades e Territórios

H

HEISLER, Barbara; (1992); “The Future of Immigrant Incorporation: Which Models? Which Concepts?”; International Migration Review

L

LAGES, Mário; POLICARPO, Verónica (2003) - *Atitudes e valores perante a imigração*, Lisboa, Observatório da Emigração, ACIME.

M

MACHADO, Fernando L. (2006); “Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos”; In Nação e Estado. Entre o Global e o Local; ed. Manuel Carlos Silva, 255 – 279; Afrontamento; Porto

MACHADO, Fernando Luís, (1994); “Luso- Africanos em Portugal” in Sociologia-Problemas e Práticas

MALHEIROS, Jorge; MENDES, Manuela; (2007) “Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa”; Estudos do Observatório da Imigração, Nr. 22; ACIDI

MARQUES, Margarida, “Jovens, Migrantes e a sociedade da Informação e do conhecimento – A Escola Perante a diversidade”, Observatório da Imigração, ACIDI

MARTINE, Xiberras (1996), “As Teorias da Exclusão — Para uma Construção do Imaginário do Desvio”; Instituto Piaget; Lisboa

MAURICE, Ana de Saint; *Identities Reconstruídas – Caboverdianos em Portugal*; Celta Editora

MELUCCI, Alberto (2001); “A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas”; Editora Vozes

N

NUNES, Francisco *et al.*, (2002); “O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades”, Lisboa, INSCOOP, Pensamento Cooperativo - Revista de Estudos Cooperativos

P

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta

PIRES, R. Pena, (1999); “Uma teoria dos processos de integração in Sociologia problemas e Práticas”, n.º 30, CIES/CELTA

POSSIDONIO, Dora; (2006); “Descendentes de angolanos e de luso-angolanos na área metropolitana de Lisboa: Inserção geográfica e social”; ACIME

PORTES, Alejandro; (1999); “*Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*”; Celta Editora; Oeiras.

PORTES, Alejandro; (2006); “Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração”; Fim de Século Edições

Q

QUIVY, Raymond; CAPENHOUDT, LucVan, (1998); “Manual da Investigação em Ciências Sociais”, Lisboa: Gradiva,

R

RATTNER, Henrique; Revista Espaço Académico – Ano III – N°7 – Agosto/2003 – Mensal

ROBTEUTSCHER, S. (2000), “Democracia associativa”, in J. M. L. Viegas e E. C. Dias, Cidadania, integração, globalização, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-254.

ROCHA-TRINDADE, M. B. (1995); “Sociologia das Migrações”; Universidade Aberta. Lisboa

ROCHA-TRINDADE, M. B.; (2001); «História da Imigração em Portugal (I) e (II)» in *JANUS 2001, Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)

ROSA, Maria; SEABRA, Hugo; SANTOS, Tiago; (2003); “Contributos dos “imigrantes” na demografia portuguesa - O papel das populações de nacionalidade estrangeira”; ACIME; Lisboa

S

SEABRA, H.; SANTOS, T. (2005); “Criminalidade de Estrangeiros: um Inquérito Científico”; NÚMENA/ACIME

SEN, Amartya; (2000); "*Desenvolvimento como Liberdade*", Companhia das Letras

SERGE, Paugam (2003); “A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza”; Coleção Educação e Trabalho social 6; Porto Editora; Porto

SOARES, Rui, “Comunicação Entre Gerações” Mensário, Visão, Junho/Julho 1999

SOULET, Marc-Henry (org.); (2000)“Da Não-integração: Tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo”; Quarteto Editora

T

TEIXEIRA, Marxo; KRATXOSSKI, Peter e Lucille, (2000); “Representações Sociais de Delinquência Juvenil: Estratégias Policiais de Intervenção sobre o Problema”, ISCPSI

V

VALA, Jorge. (1986) . “A análise de conteúdo” in PINTO, José Madureira [et al]. 1986. Metodologia das Ciências Sociais. 11ª edição. Edições Afrontamento, Lisboa.

VÁRIOS, (2007); “*Seminário Descendentes de Imigrantes: Um lugar na Sociedade Portuguesa*”, ACIDI

VERMEULEN, Hans (2001); “Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura”; Colibri; Lisboa

VILLANOVA, R. (1983), “Segunda geração: potencial ou *handicap*”, in *Análise Social* (77-78-79), pp. 987-993.

X

XIBERRAS, Martine (1996), *As Teorias da Exclusão – Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.

Z

ZHOU, Min (1997) “Segmented assimilation: issues controversies and recent research on the new second generation” in *International Migration Review*, vol.31, nº4.

Recursos na Internet

<http://www.aml.pt/>

<Http://www.onuportugal.pt>

<http://www.imi.ox.ac.uk/>

<http://www.janusonline.pt>

<http://www.portugal.gov.pt/>

<http://www.inde.pt/partnet/Textos/DocRosanaAlbuquerque-pt.pdf>

ANEXOS

***Anexos 1 – Guião das
entrevistas às Associações e
aos indivíduos***

***Anexos 2 – Grelhas de
Análise***

Anexos 3 – Outros

***Anexos 1 –
Guião das entrevistas às Associações e aos indivíduos***

Mestrado em “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais”

Entrevista para Associações de Imigrantes

Nome da pessoa entrevistada: _____

Função que desempenha na Associação:

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO					
Denominação social:					
Morada da sede social:					
Contactos:			Localidade:		
Concelho: Amadora			Distrito: Lisboa		
Associação:		Organização Não Governamental	IPSS	Outra. Qual? _____	
Data de constituição:					
Associação de Imigrante nº:					

2. DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO
1. Motivo da criação da Instituição:
2. PÚBLICO-ALVO:
3. Objectivos da Instituição
4 Actividades da Instituição:
5. Nº de funcionários / voluntários/ colaboradores

3. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO/ INTEGRAÇÃO DE DESCENDENTES DE IMIGRANTES ADOPTADAS

1. Quais têm sido os contributos desta associação para a integração dos descendentes de imigrantes?

ÁREAS DE ACOMPANHAMENTO	SIM	NÃO
EDUCAÇÃO		
EMPREGO		
DOCUMENTAÇÃO		
HABITAÇÃO		
SAÚDE		
ASSISTENCIA SOCIAL		
SAUDE		
CULTURAL		
OUTROS. QUAIS? _____		

1.2 OBSERVAÇÕES:

2. Caracterize as crianças e jovens acompanhadas pela associação (idades/ sexo/ grupo cultural/ estrato sócio-económico)

3. Quais e Como têm desenvolvido as actividades dirigidas às crianças e jovens, especificamente descendentes de Imigrantes?

4. Quais os resultados que têm obtido com estas actividades?

5. Quais têm sido as fontes de financiamento?

Instituições	Fundos Comunitários	Estado Central (ACIDI, Segurança Social, outros)	Estado Local (Autarquias, Juntas de Freguesia)	Fundações e donativos	Associações, ONG's e Instituições de Solidariedade social
Fontes de Financiamento					

4. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

1. Qual o papel que acha que as associações devem ter para a integração dos descendentes?

2. Considera que existem apoios suficientes?

3. Qual o impacto que considera que a associação tem tido na integração dos descendentes de imigrantes?

4. Considera as estratégias adoptadas pelas associações de imigrantes em geral, eficazes? (Nota Avaliativa)

5. Como os imigrantes e os seus descendentes vêm a intervenção da associação? E que papel têm como interventores?

6. Qual é a sua opinião sobre as dificuldades sentidas para a integração social dos descendentes dos imigrantes? E quais as respostas necessárias?

Data: __/__/____

Obrigado pela sua colaboração!

Mestrado em “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais”

Entrevista a Descendentes de Imigrantes

Data: ____/____/____

1. Caracterização individual

1. Sexo: M F
2. Idade: Data de Nascimento: __/__/____
3. Local de nascimento: _____
4. Se nasceste fora de Portugal, em que país nasceste e com quantos anos vieste para Portugal? _____.
5. Nacionalidade: _____
6. Caso tenhas nacionalidade portuguesa. Já possuístes outra? Qual? _____
7. Escolaridade: _____
8. Formação complementar: _____
9. Se ainda estudas, qual a profissão que gostarias de ter? _____
10. Profissão: _____
11. Local onde vive: _____
12. Concelho: _____
13. Distrito: _____

2. Caracterização Sócio -Familiar

	Pai	Mãe	Tutor
Origem			
Profissão			
Escolaridade			

1. Pais/ responsáveis pela educação:

2. COM QUEM VIVES?

—

3. Nº DE IRMÃOS: _____

4. CASO TENHA FILHOS. Nº DE FILHOS: _____.

5. HABITAÇÃO

Que tipo de casa vives?

<input type="checkbox"/> Casa arrendada	<input type="checkbox"/> Casa própria
<input type="checkbox"/> Apartamento	<input type="checkbox"/> Moradia/Vivenda
<input type="checkbox"/> Bairro de realojamento	<input type="checkbox"/> Bairro ilegal
<input type="checkbox"/> Casa de familiares ou amigos	<input type="checkbox"/> Outra

3. PERCURSOS E EXPECTATIVAS

1. GOSTAS DE VIVER EM PORTUGAL?_
2. PENSAS EM VIVER NOUTRO PAÍS? _____ SE SIM, PORQUÉ?
3. IDENTIFICASTE MAIS COM A CULTURA PORTGUESA OU COM A CULTURA DE ORIGEM DOS TEUS PAIS?

4. CONSIDERAS QUE, COMO DESCENDENTE DE IMIGRANTES, TENS:

MAIS OPORTUNIDADES	TANTAS OPORTUNIDADES COMO OS AUTÓCTONES	MENOS OPORTUNIDADES	NENHUMAS OPORTUNIDADES

PORQUÉ?

5. JÁ SENTISTE ALGUM TIPO DE OBSTÁCULO POR SERES FILHO (A) DE IMIGRANTES? SE SIM, DESCREVE?

6. ACTUALMENTE, ESTÁS A TRABALHAR/ ESTUDAR (FORMAÇÃO PROFISSIONAL) NA ÁREA QUE GOSTAS? JUSTIFICA:

7. ACHAS QUE SERES FILHO DE IMIGRANTE INFLUENCIA AS TUAS ESCOLHAS? SIM NÃO
7.1 JUSTIFICA

8. QUAL FOI O FACTOR QUE CONTRIBUIU PARA A TUA INTEGRAÇÃO?

9. O QUE É NECESSÁRIO PARA UMA MAIOR INTEGRAÇÃO DOS DESCENDENTES?

4. O Papel das Associações

1. JÁ TIVESTE LIGADO (A) A ALGUMA ASSOCIAÇÃO DE IMIGRANTES? SE SIM, QUAL?

2. QUE IMPORTÂNCIA QUE ACHAS QUE TEVE ESTA ASSOCIAÇÃO NO TEU PERCURSO?

3. DESEMPENHASTE ALGUM CARGO OU FUNÇÃO NA ASSOCIAÇÃO? QUAL?

4. CONSIDERAS QUE AS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES TÊM TIDO UM PAPEL IMPORTANTE NO APOIO AOS
DESCENDENTES DE IMIGRANTES? SIM NÃO

4.1 PORQUÊ?

5. ACHAS QUE O TRABALHO QUE TEM SIDO DESENVOLVIDO PELAS ASSOCIAÇÕES, É:

MUITO BOM	BOM	SUFICIENTE	MAU	MUITO MAU

PORQUÊ?

6. QUAIS AS ÁREAS QUE, NA TUA OPINIÃO, AS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES MAIS TÊM DADO APOIO AOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES? E COMO?

7. CONSIDERAS QUE O FACTO DE SER ASSOCIAÇÃO IMIGRANTE, CONHECE E INTERVEM MELHOR NA INTEGRAÇÃO DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES QUE OUTRAS INSTITUIÇÕES? SIM NÃO

7.1 PORQUÊ?

8. EM QUE ASPECTOS AS ASSOCIAÇÕES DEVEM MELHORAR, PARA QUE EXISTA UMA MELHOR INTEGRAÇÃO DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES?

Obrigado pela colaboração!

Anexos 2 – Grelhas de Análise

Grelha de Análise Vertical – Aplicada a cada Associação entrevistada

Objectivos	Dimensões/ Perguntas	P1 Motivos da criação da associação)	P2 Objectivos	P3 Actividades das associações	P4 e P6 Actividades especificas para os descendentes	P7 Resultados	P8 Financiamento	P9 Apoios suficientes?	P10 Papel	P12 Avaliação das estratégias	P13 Avaliação dos destinatários	P14 Razão da exclusão	P14 Sugestões de inclusão
Áreas de intervenção	Educação												
	Emprego												
	Documentação												
	habitação												
	Social												
	Saude												
	Cultural												
Resultados da Intervenção	Ser												
	Estar												
	Fazer												
	Criar												
	Saber												
	Ter												
Impacto Geral													
Factores da exclusão	Macro												
	Meso												
	Micro												

Grelha de Análise Comparativa

Objectivos		Amadora		Lisboa		Loures		Sintra	
Perguntas	Dimensões	AJPAS	Associação da Cova da Moura	AGUIPA	GTO	AMRT	Associação Socio-cultural da Quinta da Serra	ACAS	Afrunido
Que áreas que as associações têm contribuído para a integração dos descendentes?	Educação								
	Emprego								
	Documentação								
	Habitação								
	Social								
	Saúde								
	Político								
	Cultural								
	Outros								
Que impacto têm tido as associações na integração dos descendentes de imigrantes?	Ser								
	Estar								
	Fazer								
	Criar								
	Saber								
	Ter								
	Impacto Geral								
Quais os factores que as associações consideram determinantes para a integração?	Macro								
	Meso								
	Micro								
	Resolução								

Anexos 3 – Outros

Anexo 3.1 – Distribuição da pop. Estrangeira com autorização de residência (2001)

**DISTRIBUIÇÃO DA POP. ESTRANGEIRA
COM AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA**
(stock acumulado em 2001)



Anexo 3.2 – Listagem de Associações de Imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa

Associações de Imigrantes
ACBBA, ASSOCIAÇÃO COLIGATIVA BISSAU-BIOMBO E AMIGOS
ADIME - ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA E INSERÇÃO DAS MINORIAS ÉTNICAS
AGENOVA - ASSOCIAÇÃO GERAÇÃO NOVA
ANGOLANA DE SOLIDARIEDADE EM PORTUGAL – ASAP
ANPRP- ASSOCIAÇÃO DOS NATURAIS DO PELUNDO RESIDENTES EM PORTUGAL
ASLI - ASSOCIAÇÃO APOIO SEM LIMITE - Instituição Particular de Solidariedade Social
Associação - Centro Cultural Luso Moçambicano
ASSOCIAÇÃO "FILHOS E AMIGOS DE BACHIL"
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PORTUGAL
ASSOCIAÇÃO CABOVERDIANA
ASSOCIAÇÃO CABOVERDIANA DE SETÚBAL
ASSOCIAÇÃO CASA DE ANGOLA
Associação Casa de Moçambique
ASSOCIAÇÃO CENTRO CULTURAL AFRICANO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS ROMENOS MIRCEA ELÍADE – LISBOA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – ACOSP
ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO ESTUDANTE AFRICANO
ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS ANGOLANOS
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES ANGOLANOS EM PORTUGAL -"AEA - PORTUGAL"
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDO COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE "MULHER MIGRANTE"
ASSOCIAÇÃO DE JOVENS PROMOTORES DA AMADORA SAUDÁVEL
ASSOCIAÇÃO DE PROMOTORES DE SAÚDE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL
Associação de Solidariedade Cabo-Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DOS FILHOS E AMIGOS DO CONCELHO DE S. MIGUEL DE CABO VERDE
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL " ASSOMADA"
Associação de Solidariedade Social de Imigrantes Adventistas – ASSIA
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO ALTO DA COVA DA MOURA
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL LOURESAMADORA - ASALA
ASSOCIAÇÃO DOS AFRICANOS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PRINCIPE - A A P.
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DE CABO VERDE
ASSOCIAÇÃO DOS CIDADÃOS DA GUINÉ CONAKRI RESIDENTES EM PORTUGAL
ASSOCIAÇÃO DOS EMIGRANTES DE TAME
ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE CALEQUISSÉ RESIDENTE EM PORTUGAL (AFICAP)
ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DA ILHA DE JETA - NÚCLEO DE PORTUGAL - AFAIJE
ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES DOS PAÍSES DO LESTE – EDINSTVO
ASSOCIAÇÃO DOS RESIDENTES ANGOLANOS NO CONCELHO DE ODIVELAS-ARACODI
ASSOCIAÇÃO DOS UCRANIANOS EM PORTUGAL
ASSOCIAÇÃO ESPAÇO DA COMUNIDADE CABOVERDIANA
ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JOVEM
Associação GUINEÁSPORA - Fórum de Guineeses na Diáspora
ASSOCIAÇÃO GUINEENSE DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - AGUINENSO
ASSOCIAÇÃO GUINEENSE E POVOS AMIGOS
Associação Juvenil Laços de Rua
Associação Laamten - Valorização e Divulgação da Língua e Cultura Fula
ASSOCIAÇÃO LUSO CABOVERDIANA DE SINTRA
ASSOCIAÇÃO LUSO CULTURAL LUSO-AFRICANA – MORNA
ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS DA CASA DA ALEGRIA CASAL DE SANTA FILOMENA

ASSOCIAÇÃO MELHORAMENTOS E RECREATIVO DO TALUDE
Associação MIR
ASSOCIAÇÃO OS GRUPOS DE TRABALHO DO PROJECTO DOS SETE - GTP7
ASSOCIAÇÃO ROMENA E POVOS AMIGOS
Associação Sócio Cultural da Quinta da Serra
ASSOCIAÇÃO UNIDA E CULTURAL DA QUINTA DO MOCHO
ASSOCIAÇÃO UNIDOS DE CABO VERDE
Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque – AUIPB
AUEGBP - ASSOCIAÇÃO UNIDA DOS EMIGRANTES DA GUINÉ - BISSAU EM PORTUGAL
CASA DA GUINÉ
CASA DO BRASIL DE LISBOA
CENTRO PORTUGUÊS DE ESTUDOS ÁRABE PULAAR E CULTURA ISLÂMICA
CLOÇON - BÉTU - ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE AUXÍLIO AOS SANTOMENSES
CLUBE FILIPINO
FRATIA-ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES ROMENOS E MOLDAVOS
FSA - FÓRUM SOCIAL ANGOLANO
FUNDO DE APOIO SOCIAL DE CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL - FASCP
GTO - Grupo de Teatro do Oprimido
LIÁFRICA - LIGA DOS AFRICANOS E AMIGOS DE ÁFRICA
MIORITA - Associação Cultural dos Imigrantes Moldavos
MORABEZA - ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
MOVIMENTO SOCIAL PELO ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÃO
NACH STIL ASSOCIAÇÃO
NOVAGER - ASSOCIAÇÃO DOS ANGOLANOS RESIDENTES EM PORTUGAL
QUIZOMBA - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL RESIDENTES NOS MUNICÍPIOS DE AMADORA E SINTRA

RESPUBLIKA-ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES RUSSÓFONOS

SANITAE - ASSOCIAÇÃO PARA A INFORMAÇÃO E DEFESA DA SAÚDE DOS AFRICANOS
--

SOLIDARIEDADE IMIGRANTE, ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DOS IMIGRANTES

UNIÃO DA JUVENTUDE ANGOLANA EM PORTUGAL
